



Projeto Livro Livre

Iba Mendes

"O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive."

Padre Antônio Vieira

Literatura



Camilo Castelo Branco

Ensaio sobre Camões



Iba Mendes Editor Digital

www.poeteiro.com

Ensaio sobre Camões
Camilo Castelo Branco

Adaptação ortográfica e projeto gráfico
Iba Mendes

Publicado originalmente em 1915.

Livro Digital (Gratuito) nº 439 - 2ª Edição - São Paulo, 2020.

Ensaio/Crítica/História - Literatura Portuguesa.

Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco
(1825-1890)



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O **Projeto Livro Livre** é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, livre e gratuito, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital. Sendo assim, não objetivamos fins comerciais ou promoção política. Tal qual o saudoso Nelson Jahr Garcia, pioneiro na divulgação do Livro Digital no idioma português, sempre estudei por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos. Por isso, sinto-me também na obrigação de "*retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou*". Daí o nosso esforço que se resume na simplicidade e na solidariedade.

Segundo normas e recomendações internacionais estabelecidas pela maioria dos países, incluindo Brasil e Portugal, uma obra literária entra em Domínio Público 70 anos após a morte do seu criador intelectual.

O nosso Projeto, que tem por objetivo colaborar na divulgação da Literatura em Língua Portuguesa, em suas variadas modalidades, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por imprecisa razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza de nos informar no e-mail: iba@ibamendes.com, a fim de que seja imediatamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso dos bens culturais. Assim esperamos!

O Livro Digital é – certamente – uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade das editoras comerciais. Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser digitalizado e compartilhado nos mais variados formatos digitais, tais como: PDF, MOBI, EPUB, entre muitos outros. Contudo, trata-se de um processo lento e exaustivo, principalmente na esfera da realização pessoal, implicando ainda em falhas decorrentes da própria atividade de digitalização. Por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras. Embora todos os livros do **Projeto Livro Livre** sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que algumas dessas falhas passem despercebidas. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de eventuais incorreções, pedimos gentilmente que entre em contato conosco, a fim de efetuarmos as devidas correções.

Ressaltamos, por fim, que o **Projeto Livro Livre** não se limita a simples publicação de textos já disponíveis na Internet, sem qualquer critério. Em vez disso, pautamos nosso trabalho no esmero gráfico e ortográfico, na digitalização e atualização de novas obras, na publicação de autores do nosso tempo, na conversão de livros em áudio etc. Buscamos assim popularizar o Livro Digital, tornando-o acessível a qualquer pessoa e sem nenhum custo.

É isso!

Iba Mendes

TRAÇOS LARGOS

Camilo não se limitou, ainda nas amostras da sua constrangida tentativa *realista*, às fortes aquarelas, gravando na tela as imagens da podridão que anda por aí à vista de toda a gente.

Camilo não faz só estátuas com cinzel de mestre! Ele não se contenta com pintar os corpos a viverem os instintos da carne. Camilo pinta os corpos, dá-lhes cor, luz, movimento, na realidade evidente da vida material. Depois, pega-lhes na alma — a alma humana — que ele, na sua hipersensibilidade, vê em toda a sua essência; fá-la vibrar, até que tome vulto aos nossos próprios olhos, espargindo-a, como orla luminosa, em torno dos corpos, e dá execução ao — drama humano — vivido, palpável, real... tão real, que a nossa alma vibra com as almas que ele faz viver, tal como as cordas de um instrumento de música vibram quando se ferem ao pé as notas que lhes correspondem!...

E ergue-se diante de nós a epopeia do Destino, a infinita sinfonia trágica da Dor, que leva nas línguas ardentes das suas labaredas, até à luz pura, as almas esforçadas pelo sofrimento.

Camilo desdobra e firma o cenário dos corpos debaixo do céu e à luz do sol de Portugal, principalmente do Portugal originário, do Portugal do norte, com a expressão da língua, o fâcies etnológico e moral da raça. Mas o *drama*, na sua essência psíquica, na chama do sentimento, na energia espiritual, é o drama da humanidade — a Dor — vivida pelo coração português.

A obra de Camilo, no aspecto em que principalmente a encaro, não pertence a Portugal, pertence à Humanidade.

Camilo não é um estragador de almas, erguendo os corpos em troféu sobre o pecado, glorificando os prazeres da matéria...

O cinismo, o visco do coração, o asco da alma, nem por sombras empobreceu a tempera augusta do seu gênio. Por isso, ele, grande entre os grandes na expressão real da dor do mundo, não foi nunca um pelotiqueiro de palavras ou de frases. Camilo era grande bastante, pelo sentimento e pelo gênio, para deixar às gerações que o têm desdenhado, um exemplar sequer dessa macacaria — a que ousam chamar paradoxo — e para a qual ainda não achei parelha, como significado da impotência mental, da esterilidade na vida do sentimento, da ausência de beleza na arte e da charra pedantaria em literatura.

Ele até é grande quando nos faz rir! Porque o Camilo não nos desperta o riso com cócegas, isto é, com disparates.

Quando ele estende a vergasta numa cara antipática ou má, que isolou, e da qual nos fez a conveniente apresentação, nós rimo-nos do ridículo em que fica a estrebuchar o patife, o velhaco, o perverso, que ele arrastou pela gola do casaco à cena, como símbolo de patifes, velhacos e perversos sem conta.

O nosso riso é a manifestação da nossa concordância com um puxão de orelhas; é a exteriorização da harmonia da nossa consciência com a pena de ridículo aplicada a um mariola!

Camilo ilumina, para que as vejamos bem, as calosidades pustulentas da alma de certos exemplares-tipos do animal humano. Nós quedamo-nos a fitá-los, indignados. E quando o mestre, com um sorriso triste, lhes põe na face o cautério da ironia, derrancado-lhes as formas e condenando-os, para todo o sempre, a saracotear o corpo de macacos sob a gargalhada eterna da eterna multidão, nós aprovamos entusiasticamente, rindo-nos. O nosso riso é uma salva de palmas...

Não é o riso da alegria, que a alegria não tem riso! A alegria é a felicidade do espírito, é a beatitude, que pode ter sorriso, mas sorriso que é luz da alma, e que radia e paira sobre a epiderme, sem

que a face humana se turve na ligeira sombra do mais leve movimento!

Não é o riso da alegria, não. É o riso-guizalhada, que nós penduramos na labita encarnada, que Camilo vestiu ao condenado à gargalhada eterna da eterna multidão!

Mas como disse o Camilo da minha predileção, é o que traduziu, tão maravilhosamente, na linguagem da sua Pátria, os dramas do coração português, no que ele tem de mais característico, de mais íntimo, de mais permanente, de mais belo, de mais seu, quando se trava a batalha nos abismos da dor, suspensa entre o demônio e Deus, entre o inferno e o céu, entre a matéria e o espírito, entre o corpo, ao mesmo tempo carrasco e libertador, e a alma, simultaneamente encarcerada e livre!

Neste aspecto formidável de beleza, de verdade, de realidade viva das convulsões trágicas da alma a subir para Deus, pela via tormentosa do mistério fisiológico da nossa raça, a obra de Camilo é um apocalipse! Cada capítulo é uma revelação! E os seus romances são livros de orações, exaltações do espírito, cânticos de amor, sinfonias de lágrimas, que voam aos céus, como astros nimbados de luz divina, a erguerem-se dos oceanos da dor, revoltos pela surda tormenta da eterna batalha entre os demônios e os anjos.

CARLOS BABO

À beira do centenário de Camilo (1920).

Pesquisa e adequação ortográfica: Iba Mendes (2020).

ENSAIOS SOBRE CAMÕES



ESTUDO SOBRE CAMÕES (APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS)

O protagonista do sempre formoso poema de Almeida Garrett é um Luís de Camões romântico, remodelado na fantasia melancólica dum grande poeta exilado, amoroso, nostálgico. A ideal tradição romanesca impediu, com as suas névoas irisadas de fulgores poéticos, passante de duzentos e cinquenta anos, que o amador de Natércia, o trovador guerreiro, fosse aferido no estalão comum dos bardos que imortalizaram, a frio e com um grande sossego de metrificação, o seu amor, a fatalidade do seu destino em centúrias de sonetos. Garrett fez uma apoteose ao gênio, e a si se ungiu ao mesmo tempo príncipe reinante na dinastia dos poetas portugueses, criando aquela incomparável maravilha literária. Ensinou a sua geração sentimental a ver a corporatura agigantada do poeta que a crítica faciosa de Verney e do padre José Agostinho apoucara a uma estatura pouco mais que regular.

Camões ressurgiu em pleno meio-dia do romantismo do século XIX, não porque escrevera *Os Lusíadas*, mas porque padecera duns amores funestíssimos. O século XVIII citava-o apenas nos livros didáticos, e nas academias eruditas, como exemplar clássico em epítetos e figuras da mais esmerada retórica. Tinha caído em mãos esterilizadoras dos gramáticos que desbotam sapientissimamente todas as flores que tocam, apanham as borboletas, pregam-nas para as classificarem mortas, e abrem listas de hipérbolos e metáforas para tudo que transcende a legislatura codificada de Horácio e Aristóteles.

Luís de Camões, qual o figuram Garrett no poema trágico e Castilho no drama ultrarromântico, e as musas indígenas e forasteiras nas suas contemplações plangentes, é o que se requer que seja o mártir

do amor, o soldado ardido, o talento menoscabado pela camarilha dos reis. Os maviosos sentimentalistas afizeram-nos a estas cores prismáticas — às refulgências das auroras e dos luars teatrais. Mal podemos encarar o nosso Camões a uma grande luz natural. Queremo-lo na tristeza crepuscular das tardes calmosas, na mesta solidão dos mares, nas saudades do desterro no desconforto das primeiras precisões, vivendo da mendicidade do Jau — do *escravo*, como se alguma hora houvesse em Portugal escravos de procedência asiática — e das economias da preta, arrastando-se sobre muletas do adro de São Domingos para o catre do hospital.

Quem nos mostrar Camões à luz com que a história e a crítica indutiva elucidam as confusas obscuridades dos homens extraordinários — e por isso mais expostos à deturpação lendária — poderá avizinhar-se da verdade; mas, do mesmo passo, se desvia da nossa inveterada opinião, e talvez incorra em delito de ruim português.

Eu me vejo neste perigo e não me poupo às eventualidades da ousadia. Pretender exhibir novidades inferidas de fatos comparados e probabilidades em uma biografia tantas vezes feita e refeita, será irrisório atrevimento quando mas puderem contraditar com provas solidamente cimentadas. O que não parecer novo nestes traços será uma justificada emenda aos erros dos biógrafos antigos e recentes em que nomeadamente avultam os senhores visconde de Juromenha e doutor Teófilo Braga que segue muito confiado aquele douto investigador com uma condescendência extraordinária para escritor que tanto averigua.

Direi primeiro do amor meio lendário de Luís Vaz de Camões a D. Catarina de Ataíde, como causa essencial da sua vida inquieta e dos reveses da sinistra fortuna procedentes desse desvio da prudência na mocidade.

Diogo de Paiva de Andrade, sobrinho do celebrado orador, deixou umas Lembranças inéditas que passaram da opulenta livraria do advogado Pereira e Sousa para o meu poder. Diogo de Paiva nascera em 1576. É contemporâneo de Camões.

Conheceu provavelmente pessoas de convivência do poeta. Poderia escrever amplamente, impugnando algumas notícias de Mariz, de Severim e de Manuel Correia.

Era cedo, porém, para que o assunto lhe interessasse bastante. Na juventude de Paiva, as memórias de Camões não tinham ainda atingido a consagração poética de que se formam as nebulosas do mito. Diogo de Paiva pouco diz; mas, nessas poucas linhas, há duas espécies não relatadas pelos outros biográficos:

Luís de Camões, poeta bem conhecido, tendo 18 anos, namorou Catarina de Ataíde, e principiou a inclinação em 79 ou 20 de abril, do ano de 1542, em sexta-feira da semana santa, indo ela à igreja das Chagas de Lisboa, onde o poeta se achava. A esta senhora dedicou muitas das suas obras, e ainda que com diferentes nomes é a mesma de que fala repetidas vezes. Foi depois dama da rainha D. Catarina, e continuando os amores com boa correspondência, um dou ela de objeto para os agrados de que Camões se queixa em suas composições. Por estes amores foi quatro vezes desterrado: uma de Coimbra, estando lá a corte para Lisboa; outra de Lisboa para Santarém; outra de Lisboa para a África; e finalmente de Lisboa para a Índia, donde voltou muito pobre, sendo já falecida D. Catarina, por quem tão cegamente se apaixonara.

O desterro de Camões de Coimbra, onde estava a corte, é a novidade que não pude conciliar com o fato de ter residido D. João III em Coimbra nos anos imediatos a 1542, ano em que o poeta vira D. Catarina na Igreja das Chagas. Os impressos que consultei, e não foram poucos, não me esclareceram. Sei tão somente que o rei esteve em Coimbra por 1527 e 1550. Nesta segunda data já Camões se repatriara do segundo desterro em África. Quanto à inconstância da dama da Rainha — novidade de mais fácil averiguação — os fatos que vou expender a persuadem coerentemente.

D. João III, o rei-inquisidor, e *piadoso* por antonomásia, antes de fazer um filho em Isabel Moniz, fizera outro em Antônia de Berredo. Eram ambas de linhagem ilustre. A primeira finou-se num convento da Guarda, sem ter visto seu filho Duarte que, aos 22 anos, morreu arcebispo de Braga. A segunda ficou na corte, e achou marido de raça fina, sem embargo da concubinação real, agravada pelo ato da sua notória fecundidade. A criança tinha morrido. Os nobiliários chamaram-lhe *Manuel* e ocultaram-lhe o nome da mãe, visto que ela propagou altos personagens, sujeitos envergonhados.

Antônia de Berredo casara com um viúvo rico e velho, Antônio Borges de Miranda, senhor de Carvalhais, Ílhavo e Verdemilho, que de sua primeira mulher, da Casa de Barbacena, tivera dois filhos, a quem competia a sucessão dos vínculos. D. Antônia concebeu do marido, e deu à luz um menino que se chamou Rui Borges Pereira de Miranda. O marido faleceu. Os filhos do primeiro matrimônio, Simão Borges e Gonçalo Borges foram esbulhados da sucessão dos vínculos — um estrondoso escândalo em que influiu o arbítrio despótico do rei a favor do filho da sua amante.

Apossado iniquamente dos senhorios de Carvalhais, Ílhavo e Verdemilho, Rui Borges, filho de Antônia de Berredo, afeiçoou-se a D. Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Sousa, veador da Casa da Rainha, senhor de Eixo e Requeixo, nas vizinhanças de Aveiro. D. Catarina era pobre, como filha segunda; seu irmão André de Sousa era um simples clérigo, prior de Requeixo; o senhor da Casa era o primogênito Diogo Lopes de Sousa.

D. Catarina aceitara o galanteio do poeta Luís Vaz de Camões, talvez antes de ser requestada por Borges de Miranda. O senhor de Ílhavo, rivalizado pelo juvenil poeta, sentia-se inferior ante o espírito da dama da Rainha. Seria um estúpido consciente: queixou-se talvez à mãe. Não é de presumir que a mulher de D. João III se aviltasse protegendo o galanteio repellido do filho da Berredo — amante notória de seu marido; mas é natural que a mãe de Rui Borges recorresse direta e clandestinamente ao rei solicitando o desterro do perigoso êmulo de seu filho. Assim pôde motivar-se o

primeiro desterro de Camões para longe da corte, e o segundo para África em castigo da teimosia dele e das vacilações de Catarina de Ataíde na aceitação do opulento Rui Borges, — vacilações transigentes com a riqueza do rival do poeta pobre, a meu ver. A dama não seria muito escoimada em primores de fidelidade. Das damas da corte de D. João III, dizia Jorge Ferreira de Vasconcelos: “todas são mui próvidas em não estarem sobre uma amarra por não ser como o rato que não sabe mais que um buraco” — e talvez pensasse em Camões quando escrevia: “Ele cuida que por discreto e galante há de vencer tudo; eu quisera-lhe muito mais dinheiro que todas suas trovas, porque este franqueia o campo, e o tal é martelar em ferro frio.”

Saiu Camões para a África em 1547, e lá se deteve proximamente dois anos.

Quando regressou, a dama da rainha era já casada com Rui Borges e vivia na casa do esposo convizinha de Aveiro, entregue ao ascetismo, sob a direção de Frei João do Rosário, frade dominicano.

Subsistem umas *Memórias* comunicadas a Herculano em 1852, e datadas em 1573 por aquele frade, nas quais o confessor revela que D. Catarina, quando ele a interrogava acerca do desterro de Camões por sua causa, a esposa discreta de Rui Borges respondia que não ela, mas o grande espírito do poeta o impelira a empresas grandiosas e regiões apartadas. Esta resposta, um tanto anfibológica, argui e justifica o honestíssimo melindre da esposa.

Se respondesse: “fui a causa de seu desterro”, daria testemunho menos nobre da sua ingratidão, e teria de corar como esposa voluntária de Rui Borges, como trega amante do desditoso poeta, e ainda como filha espiritual do frade nimiamente indagador que várias vezes e indelicadamente a interrogava sobre o caso melindroso: E “todas as vezes que o poeta desterrado por sua razão lhe falava...” — escreve Frei João do Rosário.

O arrependimento, o tédio e a saudade não a mortificaram longo tempo. Morreu Catarina de Ataíde em 28 de setembro de 1551, e foi

sepultada na capela-mor que dotara no Mosteiro de São Domingos de Aveiro em sepultura que talvez mandasse construir.

*Já não sinto, senhora, os desenganos
Com que minha afeição sempre tratastes,
Nem ver o galardão, que me negastes,
Merecido por fé há tantos anos.*

*A mágoa choro só, só choro os danos
De ver por quem, senhora, me trocastes!
Mas em tal caso vós só me vingastes
De vossa ingratidão, vossos engan.*

*Dobrada glória dá qualquer vingança,
Que o ofendido toma do culpado,
Quando se satisfaz com causa justa;*

*Mas eu de vossos males a esquivança
De que agora me vejo bem vingado,
Não a quisera tanto á vossa custa.*

Semelhante soneto dirigido à outra D. Catarina de Ataíde, dama do paço que morreu solteira, não tem explicação. Claro é que Luís de Camões alude à mulher que o vinga padecendo as mágoas resultantes duma aliança em que ele foi ingratamente sacrificado. À outra dama que morreu, estando para casar, segundo a versão colhida pelos primeiros biógrafos, não diria Camões:

*a vingança
Não a quisera tanto á vossa custa.*

Como o vingaria ela, desconhecendo as tristezas de casada que não chegou a ser? Era mister que se desse mudança de vida irremediavelmente aflitiva e remordida de arrependimento para que o poeta se ufanasse de vingado, — e tanto que implicitamente lhe perdoa. O soneto que trasladei não atraiu ainda notável reparo dalgum biógrafo, sendo a página mais para estudo nos amores de Camões. Antes do generoso soneto, quando a julgava contente,

Camões exprimia-se de mui diverso teor. O ciúme, o despeito e a cólera desafogara noutros versos perdoáveis à dor, mas somenos fidalgos. Chamou-lhe *cadela*.

O viúvo Rui Borges passou logo a segundas núpcias como quem procura em outra mulher a felicidade que não pudera dar-lhe a devota Catarina absorvida no misticismo, como num refúgio aos pungitivos espinhos da sua irremediável ingratidão.

O poeta granjeara inimigos na corte. Deviam ser os Berredos e os parentes de Rui Borges de Miranda. Entre os mais próximos deste havia um seu irmão bastardo, Gonçalo Borges, criado do paço, a cargo de quem corria a fiscalização dos arreios da Casa Real. Teria sido esse o espia, o denunciante das clandestinas entrevistas do poeta com a dama querida de seu irmão?

Em Maio de 1552, Gonçalo Borges curveteava o seu cavalo entre o Rossio e Santo Antão, no dia da procissão de *Corpus-Christi*, em que se mesclava um paganismo carnavalesco de exhibições mascaradas. Dois incógnitos de máscara enxovalharam Gonçalo Borges com remoques. Houve um recíproco arrancar das espadas. Neste comenos, Luís de Camões enviou-se ao irmão de Rui Borges e acutilou-o no pescoço. O golpe, segundo parece, era a segurar; mas não deu resultados perigosos para o ferido. Camões foi preso; e, ao terminar um ano de cárcere, solicitou perdão de Gonçalo Borges que, voluntário ou coagido por empenhos, lhe perdoou, visto que não tinha “aleijão nem deformidade”. A *Carta de perdão*, produzida pelo Sr. Visconde de Juromenha, é datada em 7 de Março de 1553, e está integralmente copiada.

Dias depois, Luís Vaz de Camões safa para a Índia, na mesquinha posição de substituto dum Fernando Casado, e recebia 2.400 réis como todos os soldados rasos que embarcavam para o Oriente: e para isto mesmo prestou a fiança de Belchior Barreto, casado com sua tia. Aqueles 2.400 réis eram o primeiro quartel dos 9.600 réis, soldo anual do soldado reino!

Expatriou-se na humilhação dos mais desprotegidos. Devia de ter alienado a estima e o favor de amigos influentes, porque saía do cárcere rebaixado pelo desbrío com que implorara o perdão, e réu confesso de uma vingança por motivos menos honestos aos olhos dos velhos sérios, e desdourados na própria fidalguia pelas ribaldarias amorosas dum mancebo de nascimento ilustre. Se Luís de Camões embarcasse para a Índia como o comum dos mancebos fidalgos, receberia 300 ou 400 cruzados de ajuda de custo.

A família "Camões", no reinado de D. João III, esteve relegada da consideração da corte. O mais notável dessa família, o crúzio D. Bento, prior-geral da sua Ordem, gozou apenas a prelazia monástica, mas sem influência civil dalguma espécie. Simão Vaz de Camões, parente do poeta, senhor dum morgado mediano, era, por esse tempo, um libertino espiado pela justiça, desonrado por delitos graves e alianças matrimonialmente ignóbeis. Os outros ramos vegetavam obscuros; e alguns dessa família que militaram na Ásia não alcançaram alguma qualificação notável nos minuciosos anais de Gaspar Correia. Diogo do Couto nem sequer os nomeia.

No reinado de D. João II, Antão Vaz, avô do poeta, casara com D. Guiomar da Gama, parenta de Vasco da Gama, a quem seguiu à Índia, capitaneando uma caravela, talvez escolhido por Vasco, em atenção ao parentesco. O herói de *Os Lusíadas* enviou Antão Vaz embaixador ao rei de Melinde, a cumprimentá-lo, a levar-lhe presentes e a concertar as pazes.⁶ Luís de Camões, com rara modéstia, omite o nome de seu ilustre avó; dá-lhe, porém, predicados de elegância oratória e compraz-se em o fazer discursar largamente. Na dilação do discurso transluz uma lícita vaidade.

Vasco

*Manda mais um, "na prática elegante",
Que co rei nobre as pazes concertasse
.....
Partido assim o "embaixador prestante",
.....
Com estilo que "Palas lhe ensinava"*

Estas palavras tais falando orava.

Nenhum biógrafo, que me conste, aproximou ainda a passagem do poema do nome do embaixador Antão Vaz. Verdade é que João de Barros. Damião de Góis e o bispo Osório escondem o nome do enviado; e a maioria dos biógrafos não conheceu os manuscrito de Gaspar Correia, nem consultou senão os expositores triviais. Antão Vaz, como se lê noutros trechos daquele prolixo cronista, é sempre o preferido nas mensagens em que é essência o discurso. Conhece-se que Vasco da Gama o reputava eficaz no dom da palavra. Passado o ano de 1508 não tenho notícias dele, nem sei que se avantajasse no posto com que saiu do reino, comandante de caravela, em 1502. Provavelmente não fez fazenda, como lá se dizia na Ásia, ou porque tinha espíritos por demais levantados da terra nas asas da eloquência, como se depreende do conceito do neto, ou porque pertencia à raça ainda generosa e desinteressada dos primitivos soldados do Oriente. O certo é que a sua descendência, filho e neto, não inculcam herdar-lhe os haveres.

Posto que na *Carta de perdão* se diga que o pai do soldado, Simão Vaz de Camões, cavaleiro-fidalgo, morava na cidade de Lisboa, isto não afirma que ele, no ano em que o filho embarcou, ali residisse. Simão Vaz estanciara muito pela Índia, e possuía em Baçaim, em 1543, a aldeia de Patarvaly que D. João de Castro, vice-rei, lhe aforara por 60 pardaus. Estes aforamentos eram vitalícios e concedidos como remuneração de serviços a fidalgos pobres, porque, dizia o vice-rei, não dispunha doutra moeda. Falecido D. João de Castro, os governadores subsequentes Garcia de Sá e Jorge Cabral, insinuados por D. João III, que já vivia do expediente de empréstimos, anularam as concessões do vice-rei como nocivas aos interesses da monarquia. A aldeia de Patarvaly foi reivindicada para a Coroa, e a fortuna de Simão Vaz manifestou-se na pobreza da sua viúva e do seu filho único.

Pedro de Mariz e a série de biógrafos mais antigos testificam que Simão Vaz, tendo naufragado em terra firme de Goa, a custo se salvara e morreria depois nesta cidade. Ora, em 1552, a nau *Zambuco* varou no rio de Seitapor, a trinta léguas de Goa, salvando-se a tripulação. Seria essa a nau em que Simão Vaz de Camões ia novamente no engodo da fortuna esquiva? Se era, em Março de 1553, quando Camões saiu do cárcere, a morte de seu pai não podia ainda saber-se em Lisboa. É certo que, nas Lendas de Gaspar Correia e *Décadas* de Couto, o nome de Simão Vaz é inteiramente desconhecido. Seja como for, é necessário expungir da biografia de Luís de Camões um *Simão Vaz*, residente em Coimbra, primo do poeta, que o Sr. Visconde de Juromenha por desculpável equívoco da homonímia reputou pai de Luís, descurando as induções da cronologia e todas as provas morais que impugnam semelhante parentesco.

Das poesias de Camões nada se depreende quanto aos seus progenitores. Em toda a obra poética e variadíssima do grande cantor não transluz frouxo sentimento filial, nem um verso referente ao pai. Em todos os seus poemas escritos na África e Ásia, na juventude e na velhice, não há uma nota maviosa de saudade da mãe. Os poetas da Renascença tinham esse aleijão como preceito de escola. Desnaturalizavam-se da família, da trivialidade caseira para se enaltecerem às coisas olímpicas. Gastavam-se na sentimentalidade das epopeias e das éclogas. O amor da família, se alguma hora reluz, não é o da sua — é o das famílias heroicas. Apaixonavam-se pelo mito, timbravam em nos comoverem com as desgraças de Agamêmnon ou Níobe. Isto não desdoura a sensibilidade do cantor de Inês e de Leonor de Sá; mas vem de molde para notar que do poeta para com seus pais não se encontra um hendecassílabo que lhe abone a ternura. O mesmo desamor se verifica em todos os poemas coevos, quer épicos, quer líricos. Só uma vez em Diogo Bernardes se entrevê tal qual afeto de família a um irmão que professa na Arrábida, e em Sá de Miranda a um filho e à esposa mortos; mas de amor filial é escusado inquirir-lhes o coração nas rimas. Parece que o haverem sido um produto

fisiológico do preceito da propagação os sentava de grandes afetos e respeitosa quem os gerou. Não os escandecia em raptos poéticos essa vulgar aliança de filhos a pais.

Luís de Camões achou-se bem, confortavelmente em Goa. As suas cartas conhecidas não inculcam nostalgia, nem a estranheza dolorosa do insulamento em região desconhecida. Rescendem o motejo, o sarcasmo e a vaidade das valentias. Não se demora a bosquejar sequer, com séria indignação, o estrago, a gangrena que lavrava no decadente Império Índico pelos termos graves de Simão Botelho, de Gaspar Correia, Antônio Tenreiro, Diogo do Couto e dos teólogos. Narra de relance e com frases jocosas as façanhas desses ignorados acutiladiços, as bazófias de Toscano, a moderada fúria de Calisto, e as proezas do duelista Manuel Serrão. Era este Serrão um ricaço de Baçaim, senhor de quatro aldeias, que fizera desdizer um bravo da alta milícia. Comprazia-se Camões nestas histórias façanhosas, chasqueando os pimpões de lá e os de cá, uns que nunca lhe viram as solas dos pés por onde unicamente podiam vulnerá-lo como ao herói grego. Acha-se tranquilo como em cela de frade pregador, e acatado na sua força como os touros da Merceana. Preocupava-o fortemente a bravura. Como a metrópole da Índia portuguesa, não havia terra mais de feição para chibantes. Escrevia Francisco Rodrigues da Silveira: “Dentro em Goa se cortam braços e pernas e se lançam narizes e queixadas embaixo cada dia e cada hora, e não há justiça que sobre o caso faça alguma diligência: dando por razão que o não permite a Índia, porque ceda qual pretende satisfazer-se por suas mãos de quem o tem agravado”.

Depois, as mulheres. As portuguesas caem de maduras, ou porque a lascívia as sorvou antes de sazoadas, ou porque vêm ao chão de velhas: — é opinativa a inteligência do conceito picaresco. As indígenas são pardas como o pão de rala, têm uns palavreados que travam a ervilhaca, e gelam os mais escandecidos desejos. São carne de salé onde amor não acha em que pegue. Lembra-se das lisboetas que chamam como pucarinho novo com água, e manda-lhes dizer que,

se lá quiserem ir, receberão das mãos das velhotas as chaves da cidade. De envolta com estas prosas facetas, envia um soneto e uma écloga fúnebres à morte dum amigo.

Esta carta encerra a nota melancólica duma frase de Cipião: *Pátria ingrata, não terás meus ossos*. Mas a comparação, para não ser um dislate de orgulho, era decerto um gracejo de Luís de Camões. Que lhe devia a pátria em 1553? Ele tinha 30 anos; escrevera poemas líricos excelentes, apenas louvados na roda dos palacianos e dos menos cultos. Ferreira e Sá de Miranda parece que não o conheciam. O bravo que saíra do cárcere com perdão de Gonçalo Borges a quem golpeará o cachaço, ou o toutiço, como disseram os físicos do exame, em verdade, confrontando-se com Cipião Africano, ao desterrar-se, não primava em pontos de modéstia. O seu avantajado e indiscutível direito à gratidão da pátria era um poema começado apenas, ou talvez ainda não tracejado. Camões tem ante si dezesseis anos para pleitear com Vasco da Gama a imperecedoura glorificação que lhe prepara. A pátria desconhecia ainda o seu grande acreedor que se estava germinando no cérebro potentíssimo daquele seu filho único filho que todas as nações cultas conhecem, e o máximo na imortalidade que tem de sobreviver à terra que cantou.

Os feitos valorosos de Luís de Camões na Ásia não tiveram a notabilidade que os cronistas do Oriente e de D. João III deram a lances insignificantes de homens obscuros. O difuso autor das *Décadas*, Couto, apenas o nomeia numa crise de pobreza convizinha da mendiguez. Os antigos biógrafos e comentaristas não o condecoram como quinhoeiro nos fastos das carnificinas memorandas. Seria grande elogio à primorosa probidade de Camões o excluí-lo desses canibalismos, dessa

... *bruta crueza e feridade,*

como ele invectiva na estância XCIX do canto IV.

Mas entrevejo na cerração de três séculos que o poeta, na apoteose do Albuquerque terrível e do Castro forte, elaborando a epopeia que sagrou em idolatria de semideuses uma falange de piratas, escrevia

com as mãos lavadas de sangue inocente do índio, a quem apenas os conquistadores concediam terra para sepultura como precaução contra a peste dos cadáveres insepultos, quando não exumavam as ossadas dos reis indígenas na esperança de que lhas resgatassem com aljôfar e canela.

As suas composições satíricas aos festejos do governador Francisco Barreto parece-me que nunca seriam vistas dos ofendidos nem explicam ódios desnecessários à motivação dos infortúnios do poeta. Esse papel em prosa chegou a Portugal, incluso na carta que *vinha com a candeia na mão morrer nas mãos do amigo*. Os Disparates na Índia não ofendem, não individualizam, nem exprimem nitidamente a feição social.

São banais. O desterro para Macau é uma lenda. Não se desterra um inimigo desprotegido e desvalido com uma provedoria, cujo triênio afiançava uma riqueza relativa.

Provedor dos defuntos e ausentes de Macau, Luís de Camões fruía abundantes recursos para trabalhar com sossego, despreocupado, estudando a história e a geografia asiática nas Décadas de João de Barros, ao passo que cinzelava de primorosos labores a epopeia arquitetada. O poeta gastava à medida dos proventos e talvez o que licitamente podia dispensar sem menoscabo da sua retidão. Mariz culpa-o de demasias nas liberdades consigo e com os outros: *Gastador, muito liberal e magnífico, não lhe duravam os bens temporais mais que enquanto ele não via ocasião de os despender a seu bel-prazer. Mas nem a enchente de bens que lá granjeou (em Macau) o pôde livrar que em terra gastasse o seu liberalmente, e no mar perdesse o das partes em um naufrágio que padeceu terrível.*

Sem umas intermitências de estouvance dissipadora, e destemperada desordem de costumes, Camões seria a exceção do gênio. Tem o talento transcendentales crises vertiginosas, doidices sublimes que o extraviam da pauta do bom viver. Ele apreciava mais os gozos, a magnificência, as comoções do que os pardaus

amuados na arca. Sabia que o arranjar dinheiro na Índia era fácil, excluídos os escrúpulos. Disse-o. ele: *Os que se cá lançam a buscar dinheiro, sempre se sustentam sobre água como bexigas; mas os que sua opinião deita à las armas Mouriscote como maré corpos mortos à praia, sabei que antes que amadureçam se secam.* Parece pois que não procedeu com o espólio dos defuntos e o direito dos ausentes de modo mais zeloso e exemplar que o comum dos provedores das cidades asiáticas.

Os políticos, organizadores e residentes na Índia, aconselhavam D. João III que nomeasse tesoureiro privativo para o espólio dos mortos, e obstasse a que os dinheiros passassem pelas mãos dos provedores. Logo citarei um exemplo desse alvitre que foi grande parte na acusação que Luís de Camões sofreu como delapidador dos espólios.

Acusado e chamado a Goa, sob prisão, pelo governador Francisco Barreto, antes de fechado o triênio da sua provisão, naufragou e perdeu os haveres próprios e os alheios de que lhe pediam conta. Recolhido à cadeia, instaurou-se-lhe processo para o capitularem e remeterem ao reino. Raramente, porém, os capitulados por culpa dessa espécie vinham ao reino.

Francisco Barreto, gabado exageradamente na sua honra e limpeza de mãos pelo bispo D. Francisco Alexandre Lobo e pelo Sr. Visconde de Juromenha, havia sido também concussionário quando, oito anos antes, governava Baçaim. Contra ordem expressa de el-rei D. João III desmoutava as matas e de mãos dadas com o feitor vendia ao Estado a madeira pelo triplo da quantia que lhe custava o corte — uma ladroeira que não o impediu de ser governador da Índia, assim como Garcia de Sá, duas vezes preso como concussionário, substituiu no governo o honrado D. João de Castro. Em 1552 escrevia o veador da Índia, Simão Botelho, a D. João III estas graves acusações de Francisco Barreto: “O capitão de Baçaim tomou tanta posse com os poderes que lhe Vossa Alteza mandou, que faz mercês em seu nome, como o vice-rei; vi-o por dois mandados seus: fez escritão da fazenda a que pôs de ordenado cento e cinquenta mil-

réis, sem licença do vice-rei, e mandou-lhe logo pagar um ano de antemão; paga quanto soldo quer... *E conquanto Vossa Alteza defendeu por sua provisão que os capitães de Baçaim não cortassem madeira, não o quis Francisco Barreto deixar de fazer, mas antes pediu ao vice-rei, depois de a tirar, que lha tomasse para Vossa Alteza por avaliação; e custando-lhe a corja de dezoito até vinte pardaus, lha avaliaram a cinquenta e oito pardaus, em que se montou perto de dezoito mil pardaus de ouro, que se fez bem a sua vontade; e assim tinha certos cavalos seus, e vende-os no soldo, para que também lhe o vice-rei deu licença para se pagar dele, o qual comprou, em que se montou seis ou sete mil pardaus; e dizem alguns que estavam concertados ele e o feitor sobre estes ganhos, e por se agora desavirem se souberam estas causas e outras, e mal pela fazenda de Vossa Alteza...* Aqui está o perfil do tão encomiado Francisco Barreto que pôs em justiça Luís de Camões. Daquele governador diz magnanimamente o Sr. Visconde de Juromenha: *homem por todos os respeitos mui digno de ocupar um lugar tão elevado...* E não acha motivo para que o poeta o censurasse apaixonadamente. Chamava-lhe “jovem”, e o Sr. Teófilo Braga também adjetiva de jovem o governador. Por quê? Francisco Barreto em 1548 saiu do reino Capitão-mor de três naus. Tão importante cargo não era dado a moços. Nove anos depois era provido no governo da Índia. Orçaria por perto dos cinquenta anos — uma juventude realmente duvidosa.

Camões estava preso quando cessou o governo de Barreto. D. Constantino de Bragança deu-lhe liberdade, quer movido por compaixão do poeta, quer por induções de sua inocência. Livre deste perigo, Luís de Camões voltou à vida dos amores e das siciatas. Um dia, banqueteara os seus amigos: a primeira Cortina do jantar, espiritualmente succulenta, eram trovas. Fez poesias elegíacas à incógnita Dinamene, uma quem quer que fosse que morreu afogada.

*Ah! minha Dinamene! assim deixaste
Quem nunca deixar pode de querer-te!...
Puderam essas águas defender-te
Que não visses quem tanto magoaste!...*

Nesta dor, porém, deve descontar-se o que vai de artifício no ritmo, e de engenho calculado:

*“... Torno a bradar “Dina...”
E antes que diga “Mene”, acordo e vejo
Que nem um breve engano posso ter.”*

*Cantou a baiadeira Luísa Bárbara, cativo
Da cativa gentil que serve e adora.*

Sempre amores.

Diz ele sinceramente:

*No tempo que de amor viver sola
Em várias flamas variamente ardia.*

O Certo é que não há vestígios de lágrimas, nem sinais duma grande mortificação. Vivia de empréstimos. Miguel Rodrigues Coutinho embargava-o na cadeia por dívidas, e ele satirizava o *fero Miguel armado* com a sua espada de *fios secos*. Não caía aquele forte espírito a repelões de infortúnio. Transigia com a desgraça como quem não pode queixar-se conscienciosamente da injustiça humana e da fatalidade das coisas. Arrostando os perigos do segundo encarceramento. A não se darem novos motivos, Camões não pudera ainda ilibar-se da nota de peculato, quando o conde de Redondo lhe deu liberdade.

Os senhores Visconde de Juromenha e Doutor Teófilo Braga, encarecendo a estima que o poeta granjeara com o vice-rei conde de Redondo, citam uma carta, escrita para o reino, em que o conde, falando do expediente do seu governo, mostra a consideração que lhe merece Camões, nesta passagem: “Remeto-me a São Domingos, e mando tirar os pregadores do púlpito para que venham despachar

comigo os feitos; *agora me valho algum tanto do provedor-mor dos defuntos.*”

Este equívoco original do sr. visconde, como feição nova na história de Camões, é disparatado pelas incongruências que sugere. Como se há de crer que o vice-rei chamasse à mesa do despacho um ex-funcionário arguido de concussão no exercício da provedoria de Macau, e ainda não julgado nem absolto, porque, segundo Pedro de Mariz, devia vir para o reino *capitulado* — acusado em capítulos, ou, como hoje se diria, *pronunciado*? Concedido ainda que o ouvidor-geral de Goa o absolvesse de ambas as vezes que foi preso — o que se não prova, porque a sua liberdade foi ato arbitrário e porventura equitativo de dois governadores — como admitir que os magistrados se acamaradassem com o manchado ex-provedor dos defuntos no expediente dos negócios? Esta incompatibilidade facilmente se deslinda, e não viria a lume na obra erudita do Sr. Visconde de Juromenha, se ao versado escritor ocorresse que em Goa havia um *provedor-mor de defuntos* e que esse devia ser o provedor a quem aludia o conde de Redondo. E, de feito, esse magistrado era o licenciado Cristóvão Ferreira, homem probo, consoante o testemunho do veador Simão Botelho de Andrade que, em carta de 30 de Janeiro de 1552, dizia a el-rei D. João III: “...O ouvidor-geral André de Mendanha é infamado nesta terra acerca de peitas: pode ser que será mentira; e no mais do seu cargo parece que o faz bem: o provedor-mor Cristóvão Fernandes é muito bom homem, segundo dizem, se não é um pouco embaraçado no cargo: parece que havia de haver tesoureiro do dinheiro dos defuntos, porque será melhor despacho para as partes, e andará o *dinheiro mais líquido e certo, quando o não houver de arrecadar a pessoa que houver de julgar*. O frade dominicano que o vice-rei chamava ao seu despacho era esse mesmo Simão Botelho das cartas austeras que, depois de ter sido muitos anos veador e capitão de Malaca, vestira o hábito de São Domingos, e assim mesmo era consultado por todos os vice-reis, e acompanhara D. Constantino na jornada de Jafanapatão, em 1560, arvorando à frente da hoste um Cristo crucificado. Rodrigo Felner, prefaciando os escritos inéditos de Simão Botelho, mostrou-se pesaroso por não saber o fim daquele homem, “um dos mais

ilustrados do seu tempo, e alma incorruptível”. Fácil lhe era averiguá-lo, se buscasse na vulgar *Crônica de São Domingos*, por Frei Luís de Sousa, ou sequer em Diogo do Couto os últimos atos de tão interessante personagem.

Outra hipótese que me não parece aceitável: — a do provimento da feitoria de Chaul em Luís de Camões pelo vice-rei D. Antão de Noronha. Achou o Sr. Visconde de Juromenha o alvará de Filipe I de Portugal que concede a Ana de Sá a tença de 15.000 réis que recebia o filho falecido. Diz o alvará: *havendo respeito aos serviços de Simão Vaz de Camões e aos de Luís de Camões, seu filho, cavaleiro da minha casa e a não entrar na feitoria de Chaul de que era provido, etc.* Disto depreendeu o biógrafo que Luís de Camões fora provido pelo vice-rei D. Antão de Noronha.

Camões não regressaria pobre, empenhado, vivendo do bem-fazer dos passageiros, se o vice-rei o provesse na vaga duma feitoria que avultava ao rendimento de 500 pardaus, com rendimentos e cargos anexos licitamente percebidos. Esse provimento lhe bastaria como hipoteca a adiantamentos e independência relativa. A mim me quer parecer que a feitoria de Chaul lhe foi dada por provisão real depois da publicação de *Os Lusíadas*, ao mesmo tempo que se lhe deu a tença, sob condição de residir na corte. A condição de residência seria inexplicável doutro modo. Logo que a feitoria vagasse, cessaria a tença. A condição inibia-o de auferir a tença desde que exercesse o ofício.

A tença de 15.000 réis, o apregoado escândalo da sovinaaria dos ministros, não era, àquele tempo, a miséria que se nos cá figura. Vejamos e comparemos os ordenados daquela época. O ordenado dos desembargadores do cardeal-infante eram 30.000 réis, do copeiro-mor 6.000 réis, do vedor das obras 4.000 réis, do guarda-mor 13.000 réis, e do veador da fazenda 30.000 réis. As tenças de 30.000 réis eram apanágio de homens de muitos serviços.

Na conta de receita e despesa de 1557 vê-se que o regedor da justiça, 45 desembargadores, e os do paço que não eram poucos, e os da fazenda que eram muitos, todos juntos, receberam dos seus ordenados 3.777.800 réis. O governador da casa do cível, 24 desembargadores, 6 alcaides, 100 empregados e outros oficiais de justiça, todos juntos, receberam dos seus ordenados 1.664.200 réis. Trinta anos depois, o numerário não estava mais barato, e os 15.000 réis de tença de Camões haviam de parecer um excesso, um esbanjamento da fazenda nacional a qualquer daqueles desembargadores. Diogo Botelho, tão celebrado em África e Ásia, recebia 12\$000 réis Cartas de Simão Botelho (páginas 40 e 41). Este alvitre do veador, sempre honrado e muito aceito ao monarca, surtiu as cautelas e desconfianças que puseram Camões ao lado de muitos réus do mesmo delito, porque sentenciavam a entrega dos dinheiros que “arrecadavam”, tornando-os por isso menos líquidos e certos.

Eu creio tanto na mendicidade de Homero como nos peditórios noturnos de esmola do Antônio de Java para sustentar Camões. Se o poeta chegasse ao extremo da penúria, acharia no refeitório dos seus bons amigos dominicanos com quem tratava frequentemente a farta mesa que ali encontravam somenos beneméritos. Não me sofre o conceito que formo desse egrégio espírito que ele quisesse a vida sustentada com tão desprimorosos expedientes. É a lenda da miséria em que se comprazem as imaginações sombrias. Porque ele pediu em verso uma camisa em Goa, decidiram que o poeta não tinha camisa. Parece ignorarem que a dádiva duma camisa como elas por esse tempo se presenteavam era um objeto caro e luxuoso. A fábula tecida sobre a fome de Camões originou-se talvez dalguns poetas subalternos que entenderam desforçar-se da sua pobreza afrontando a nação que vira finar-se no desconforto o príncipe dos poetas da Espanha. Consolavam-se assim com a camaradagem e vociferavam contra a ingratidão dos parvos. Espanta, porém, que se não clamasse com mais justiça contra os áulicos que deixaram morrer no hospital Antônio Galvão, o apóstolo das Molucas, e Duarte Pacheco Pereira.

Não se pode ajuizar que os proventos do poema impresso lhe auxiliassem a vida. *Os Lusíadas* talvez lhe não surtiram o equivalente da tença nos oito anos da sua maior popularidade. Devia ser vagarosa a extração da obra, atentas as calamidades daqueles anos — pestes, ameaças de guerra, pobreza do estado, corrupção de costumes, desavenças no paço, a preponderância dos livros místicos e o descaimento das letras profanas. A 2ª edição do poema, no mesmo ano de 1572, em vista dos argumentos plausíveis do acadêmico Trigoso 19, não é aceitável nem sequer verossímil. Falsificaram retrospectivamente a data porque havia razão para recear que uma censura mais severa proibisse nova edição sem os cortes das estâncias que desagradaram à clerezia e à pudicícia duns velhos que poderiam, na verdura dos anos, ter assistido sem pejo às chocarrices obscenas de Gil Vicente. Não se pode calcular quantos anos intercorreram da primeira à segunda edição; é, todavia, provável que a segunda se fizesse em vida do poeta.

Luís de Camões, se a vida se lhe prolongasse, teria mais abastada velhice. Filipe li de Castela, vindo a Portugal meses depois da morte do poeta, perguntou pelo autor de *Os Lusíadas*. Não me consta que os reis naturais, os legítimos, alguma hora perguntassem por Camões. O intruso concedeu à prolecta mãe do poeta falecido a tença que o filho recebia. Este procedimento, e a curiosidade benévola do usurpador são os únicos atos honoríficos que ligam a biografia de Camões à dos monarcas. D. João III desterrara-o, D. Catarina e o cardeal desprezaram-no, D. Sebastião ouviria novas do seu poema, lê-lo-ia, e não impugnaria a concessão da tença e do ofício na Ásia. No desprezo, se não ódio da rainha D. Catarina transpira a vingança do rancoroso Francisco Barreto contra quem Camões, livre dos ferros, dardejaria violentas, mas não injustas sátiras. Barreto, chegado a Lisboa, vingou-se de quantos inimigos deixara na-índia. O bravo Gonçalo Falcão, que logo que ele saiu do governo o desafiara a combate singular, foi mandado carregar de ferros e conduzir a Lisboa. Pôde fugir a tamanha ignomínia o bravo de Jafanapatão, escondeu-se em Lisboa, e conseguiu ser absolvido, alegando que os duelos ainda não eram proibidos pelo concílio tridentino, quando ele reptou Francisco Barreto. Não obstante, a

rainha mandou-o riscar dos livros da nobreza e reduziu-o à miséria. D. Sebastião, volvidos anos, restituiu-o à capitania de Sofala, onde expirou apenas tomou posse. Barreto fanatizara a rainha brindando-a com uma pedra milagrosa que levou da Índia. O seixo tinha sete céus de cores diversas e uma figura de mulher com um menino no colo. Era Nossa Senhora, achada nas mãos dum bonzo! Água onde mergulhassem a pedra sarava muitas doenças; *mulheres de parto muita bem pariam*, assevera Miguel Leitão de Andrade na *Miscelânea*; e nas mãos da rainha o calhau fazia os mesmos milagres. A viúva de D. João III, além destes seixos milagrosos, gostava muito que os governadores do Levante lhe vendessem bem e pelo maior preço a pimenta. É o que ela pedia fervorosamente a D. João de Castro e aos outros vice-reis. A respeito de poetas e viajantes, dava tanto por Luís de Camões como por Fernão Mendes Pinto — rivais no infortúnio, mas não iguais no merecimento de melhor sorte. Os favores, embora apoucados, que Luís de Camões recebeu da corte são posteriores às finais desavenças de D. Sebastião com sua avó. Esse divórcio deu-se em 1571, e o alvará da tença é lavrado em 1572.

Não vituperemos Filipe I pelo desamor com que tratou os nossos escritores. Não cai a ponto aqui a lista dos talentos portugueses protegidos pelos reis castelhanos, desde Diogo Bernardes, o moço da toalha, até Manuel de Sousa Coutinho, o incendiário da casa de Almada, que, depois de frade, oferecia a sua crônica ao terceiro dos usurpadores. Se Camões se bandearia em Castela como Gabriel Pereira de Castro, Caminha, Pereira Brandão e Corte Real não sei; porém, quando o Sr. Teófilo Braga me nomeia os amigos de Camões parciais do prior do Crato, e entre eles está Miguel Leitão de Andrade, lembra-me se Camões, vivendo, seria tanto por D. Antônio como o preconizado Leitão de Andrade. Diz o Sr. Doutor Teófilo Braga na sua primeira *Vida de Camões* e repete na segunda, publicada há dias, que o autor da *Miscelânea* “esteve a ponto de ser degolado pelo invasor espanhol”. O Sr. Braga entendeu a passagem do carnoz. Miguel Leitão esteve a pique de ser decapitado justamente porque fugia de D. Antônio para o usurpador Filipe. Ele mesmo o refere na *Miscelânea*, nestes termos explícitos: *No tempo que o Sr. D. Antônio se levantou rei, me achei com ele em Lisboa, por não poder*

escusar servi-lo, sendo fidalgo da sua casa. Porém, vendo entregar-se a fortaleza de São Gião a Sua Majestade me pareceu ir-me para o dito senhor, e indo já na Golegã, a meu parecer fora já do perigo de morte a todos os que se fossem de Lisboa, a qual executava cruelmente Manuel da Silva fronteiro de Santarém, ali me prenderam, etc. E conta depois como pôde evadir-se pela latrina, e foi depois mais tarde a Madrid requerer com o traslado autêntico dos trabalhos que passou para fugir. Também o Sr. Visconde de Juromenha conjecturou que Camões estivesse no Pedrógão, convidado por Miguel Leitão de Andrade quando foi desterrado para Ribatejo. Camões sofreu este desterro em 1546, e Miguel Leitão de Andrade nasceu em 1555. Não me parece aceitável que Camões fosse visitar um sujeito que nasceu nove anos depois da visita. Que processos tão de palpite e fantasmagóricos têm usado estes doutos senhores na biografia de Camões! Se não seria melhor estudar o assunto!

Acusam os Jesuítas de propulsores da jornada de África, porque aferventavam o zelo religioso do príncipe fanatizado contra a mourisma. Por que não acusam com maior justiça e sobre provas escritas Luís de Camões? Afirmo o Sr. Teófilo Braga que *o poeta não simpatizava com a jornada de África*. Tanto simpatizava que, ao propósito da seta enviada pelo Papa a D. Sebastião, lhe escreveu uma epístola recheada de versos assinalados por uma virulenta retórica sanguinária:

*Já por ordem do Céu, que o consentiu
Tendes o braço seu, relíquia cara,
Defensor contra o gládio que feriu
O povo que Davi contar mandara,
No qual, pois tudo em vós se permitiu,
Presságio temos, e esperança clara,
Que sereis braço forte e soberano
Contra o soberbo gládio Mauritano.*

.....
*Que as vossas setas são na justa guerra
Agudas, e entrarão por derradeiro
(Caindo a vossos pés povo sem lei)*

Nos peitos que inimigos são do Rei.

Está revendo a incitadora carta um coração que ainda vibra hostil como outrora o braço valoroso do mancebo que se estreara em Ceuta. Não se condene Luís de Camões por esse entusiasmo; mas reservemos os louvores da prudência discreta e providente para o bispo Jerônimo Osório e Martim Gonçalves da Câmara. Se pretendem ilibar Camões da nódoa quase comum dos fidalgos — para que nos dizem que o alquebrado poeta escreveu bastantes estâncias cantando, por hipótese, o regresso triunfal do coroado imperador de Marrocos? Essa mal estreada epopeia condiz à índole belicosa de Camões — foi a última e malograda explosão do seu patriotismo; todavia, é uma prova negativa do seu juízo político. Enfim, sempre poeta e sublime poeta do amor e das batalhas, foi astro que refulgiu até ao ocaso, apesar dos anos agravados de doença, de necessidades suportadas com a impaciência da velhice, e um pouco do fel do ciúme de outros poetas eleitos para cantarem a *Ilíada* africana.

Se Luís de Camões, em pureza de costumes, condissesse com a sobre-excelência do engenho, seria exemplar único de talento irmanado com o juízo. Não se conciliam as regras austeras da vida serena e pautada com as convulsões da fantasia. Amores de alto enlevo e de baixa estofa, o ideal de Catarina de Ataíde e as carnalidades das malabares e baiaderas levantinas — o exalçar-se a regiões de luz divina e o cair nos tremedais do vulgo — essas vicissitudes que a si mesmo fazem o homem assombroso em sua majestade e miséria, tudo isso foi Camões, e em tudo isso foi semelhante aos gênios eminentíssimos; mas nenhum homem como ele pôde redimir-se de suas fragilidades, divinizando os erros da imprudência, fazendo-se amar nos extravios, e immortalizando-se em um livro que, ao fechar de três séculos, alvoroça uma nação. É de nós todos esse tesouro legado por um homem que no dia 10 de Junho de 1580 expirava na obscuridade. Ele teve de esmola a mortalha. Permita a Providência

das nações que *Os Lusíadas* não sejam a esplêndida mortalha que Luís de Camões deixou a Portugal.

CAMILO CASTELO BRANCO
São Miguel de Seide, Maio de 1880.

Petrarca, Luís De Camões E Faria E Sousa

Não sei com certeza se o amador da lendária Laura, o padre Petrarca, foi o primeiro que solenizou na escuridade melancólica duma igreja, na semana santa, a primeira impressão da mulher amada. É certo que muitos poetas imortais, e outros já olvidados, tão lírico e sentimental acharam o exórdio dos seus amores, na semana trágica da agonia de Cristo, que assinalaram a visão das mulheres amadas à luz crepuscular dos ofícios da Paixão. Refere Petrarca em um soneto como e quando foi que viu Laura pela primeira vez:

*Era 'l giorno ch'al sol si scoloraro
per la pietà del suo Factore i rai,
quando i' fui preso, et non me ne guardai,
ché i be' vostr'occhi, Donna, mi legaro.*

*Tempo non mi pareo da far riparo
contra colpi d'Amor; però n'andai
secur, senza sospetto: onde i mei guai
nel comune dolor s'incominciario.*

*Trovommi Amor del tutto disarmato,
et aperta la via per gli occhi al core,
che di lagrime son fatti uscio et varco.*

*Però, al mio parer, non li fu honore
ferir me de saetta in quello stato,
a voi armata non mostrar pur l'arco.*

É muito possível que Luís de Camões visse Catarina de Ataíde na

Igreja das Chagas, na semana santa de 1542; e, ao lembrar-se do caso análogo de Petrarca e do soneto consagrado a esse acontecimento, de propósito se aproximasse das ideias do seu mestre em amor e lirismo. Eis o soneto muito conhecido:

*O culto divinal se celebrava
No templo donde toda a criatura
Louva o Feitor divino, que a feitura
Com seu sagrado sangue restaurava.*

*Amor ali, que o tempo me aguardava,
Onde a vontade tinha mais segura,
Com uma rara e angélica figura
A vista da razão me salteava.*

*Eu crendo que o lugar me defendia
De seu livre costume não sabendo
Que nenhum confiado lhe fugia,*

*Deixei-me cativar, mas hoje vendo,
Senhora, que por vosso me queria,
Do tempo que fui livre me arrependo.*

O remate do soneto do nosso poeta é original e bellissimo; todavia, o de Petrarca não lhe cede em fineza, segundo o estilo do tempo e a chamada arte nova de cantar d'amores, — o petrarquismo, uma destilação de conceitos que, por muito adelgaçados, ao atarem-se, desatavam-se em nada. O amador de Laura entende que o Amor não andou briosamente ferindo-o a ele desarmado, na igreja, onde o assalto não era de esperar, e deixando-a intacta a ela que tinha armas com que lhe reagir. O amador de Natércia, cuidando que o templo seria defeso às investidas de amor, acha-se cativo; mas pesa-lhe não o ter sido sempre. São duas imagens que rivalizam em refinação de galanteria.

Também Manuel de Faria e Sousa, o gongórico poeta da Fuente de Aganipe, se incluiu na lista dos amantes surpreendidos na semana

santa. Deitou namoros na sé do Porto a uma D. Catarina Machado. Do modo como refere o caso o bispo do Pará, nas suas *Memórias*, Faria e Sousa, tirante a analogia do amor profano florescido na semana consagrada a chorar a paixão divina em 1614, não comungou do ideal contemplativo dos dois poetas seus antecessores: acompanhando ao bispo, de cuja família era, e ajoelhando a fazer oração em terça-feira maior, ajustou-se com uma dama, com quem depois casou, diz D. Fr. João Queirós.

Passou alguns trabalhos duros para conseguir que Pedro Machado, primeiro contador da fazenda do Porto, lhe desse a filha; mas em 1616 já estava casado, e trinta e cinco anos o foi; e, tão querido dela, que, falecido em Madrid, voltou em osso a Pombeiro na companhia da sua inconsolável viúva. Esta Catarina, amada num templo, merecia que os próprios anjos a requestassem; mas a Catarina de Camões e a Laura de Petrarca, uma por leviana e trega, outra por esquiva e arisca, parecem mulheres mais galanteadas ao compasso das valsas de Strauss do que ao soluçar dos trenos de Jeremias.



MILAGRES DO TALENTO

O talento de Camões fez o milagre de inserir na sua epopeia, sem desdourá-la, coisas que nenhum poeta de hoje em dia, apesar das liberdades modernas na objetividade, conseguiria enquadrar em moldura lírica, sem plagiar o engenho dos redatores de menus. Se os senhores G. Junqueiro ou J. Seguiet cismassem com o modo mais olímpico de cerzirem num poema de atualidade a notícia do presente duns carneiros e dumas galinhas, com certeza rejeitariam o presente, correndo-lhes o dever de o divulgarem em alexandrinos.

Luís de Camões não hesitou em imortalizar um sucesso análogo nos termos mais singelos e populares. Relata Vasco da Gama ao rei de Melinde que os etíopes lhe trouxeram galinhas e carneiros. O poeta conta o caso como ele foi:

*... humanamente nos trataram,
Trazendo-nos galinhas e carneiros.*

(Canto V, estância 64)

O rei de Melinde banquetearia o herói com carne, peixe, volateria e frutos. Camões não se esquivava a perpetuar a liberalidade oriental do monarca na forma e estilo mais comezinhos:

*Este famoso rei...
Festeja a companhia lusitana
Com banquetes, manjares desusados,
Com frutos, aves, carnes e pescados.*

(Canto VI, estância 2)

Escreva um verso assim algum poeta moderno, e virá logo a crítica azeda dizer-lhe que ele tem a inspiração culinária das tabuletas dos restaurantes.



JUSTIÇA A TODOS

Não se persuada o século XIX, com o seu tricentenário de Camões entusiasticamente festejado, que tem de *Os Lusíadas* e do seu autor imortal uma compreensão mais vasta, e um mais ardente afeto que os séculos XVI e XVII. O amor das gerações abrangidas no primeiro aquilata-se no fato referido por Pedro de Mariz.

Foi o caso que um ricoço alemão escreveu ao seu correspondente de Lisboa para que soubesse se Luís de Camões tinha sepultura suntuosa; e, se a não tivesse, tratasse com o senado a cedência dos ossos, a fim de lhe erigir na Alemanha um soberbo túmulo. O senado não consentiu, como quem diz: “cada qual enterra os seus como pode”. Briosa ação!

Mas muito mais preclaro é o feito do século XVII, referido pelo Dr. João de Almeida Soares, acadêmico dos Singulares, na assembleia de 23 de dezembro de 1663.

“Por essas relíquias, cinzas, ou ossos que temos em Sant’Ana davam os venezianos ao senado de Lisboa vinte e quatro mil cruzados, para ajuntarem ao seu este maior tesouro. Mas eles como divinos não fizeram caso dos bens caducos.”

O doutor, no auge da sua justa admiração, chama divinos aos vereadores do município. Uns edis que não venderam por vinte e quatro mil cruzados os ossos de Camões, não eram somente honestos, eram também divinos. Pois eu aposto que muita gente lhe havia de chamar perdulários, e não faltaria quem opinasse que se vendesse uma ossada de Camões aos venezianos e outra aos alemães, como em Roma se fazia às múmias dos santos. Assim como são conhecidas duas caveiras de São Jorge, não seriam de mais dois crânios de Camões.

Mas, dado o caso infausto de se negociarem com Veneza os ossos do grande épico antes de 1729, talvez não fosse difícil estremá-los das ossadas reles dos sapateiros da Padaria, padroeiros da Igreja de Sant’Ana. Uma transladação que Faria e Sousa disse ter-se feito da primitiva sepultura para o meio do templo, está desacreditada.

Em 1729, quando as freiras construíram o coro de baixo, a sepultura de Camões ficou inclusa na grade que separou o recinto do resto do templo. Os sapateiros vieram com embargos à obra; e as freiras, entre outras razões, alegaram a posse comprada aos padroeiros por D. Gonçalo Coutinho, e venceram.

Este D. Gonçalo, e mais os seus coevos, tinham tão presente na alma e na saudade o grande cantor, que, passados catorze anos, já não sabiam quando ele morreu.

A sepultura dizia 1579; o documento, produzido pelo Sr. Visconde de Juromenha, diz 1580. Camões morreu tão obscuramente que nem o pároco, nem os amigos, nem os vizinhos sabiam dizer o ano em que o esquife o levou da Calçada de Sant’Ana para a igreja.

Tornando aos sapateiros demandistas. Como perdessem a questão com as freiras, um poeta contemporâneo, Tomás Pinto Brandão, fez contra eles, em 1729, um soneto que não corre impresso, e do qual elimino dois versos como indignos do sério assunto que nos ocupa.

O título reza:

AOS SAPATEIROS DE SANT'ANA
QUANDO AS FREIRAS FIZERAM O CORO DE BAIXO

(SONETO)

*Pois entre serafins Camões se vê,
Devemos todos crer que no Céu está,
Sem quererem os mestres da obra má,
Que um coro fosse forma do seu pé.*

*Oh! quem com o seu mesmo tirapé,
Daqui, dali, de cá e dacolá,
Tanto lhes fosse ao couro que “arre-lá!”
Dissesse, dando à sola, a má ralé!*

Que a tanto olho do sol se atreve cru

.....
.....

*Pela alma de Camões e sua avó,
Que o que cá puser pé de razão nu
Há de ir para escodar-se feito em pó.*

Donde se tira a limpo que os sapateiros de 1729 eram contra o privilégio da campa de Camões; mas os sapateiros de 1880, segundo ouvi, com o espírito nele e a faca no cabedal, talham botins à Camões, gravando nas entrecóspias o lema da sua admiração. Pinto Brandão queria que se lhes fosse ao couro; e eles escrevem a sua apoteose no couro de vaca. Compreenderam *Os Lusíadas*. As nações que estremecem nestes terremotos mentais não morrem... quando têm escolas de instrução primária.

SE CAMÕES GASTOU ALGUM PATRIMÔNIO?

Um cavalheiro ilustrado, em uma carta consultiva mal encaminhada à minha ignorância de quase tudo, pergunta-me se Camões gastaria o seu patrimônio. Convém primeiramente averiguar se Luís de Camões herdou alguns haveres do pai; ou gastou, em vida da mãe que lhe sobreviveu, o dote dela.

Vasco Pires de Camões não era rico. Os galegos Camões bandearam-se com Leonor Telers, e perderam os bens da Coroa que possuíam. Alguns vínculos depois se instituíram na família Camões, tais como o da Camoeira que hoje possui o marquês de Angeja, o de Avis, um em Lisboa, outro em Alenquer; mas os administradores destes morgados são os descendentes do primogênito daquele Vasco Pires. O corregedor de Coimbra, fidalgo sem letras, como então eram alguns corregedores, João de Camões, bisavô do poeta, era filho segundo de Vasco Pires. Não tinha bens de fortuna vinculados, e casou com uma senhora pobre, filha bastarda de Jorge da Silva. Antão Vaz de Camões, avô do poeta, casou com uma parenta de Vasco da Gama a quem seguiu à Índia, como capitão de uma caravela. Era homem de altos espíritos, eloquente e discursador. Como tal, o enviou Vasco da Gama ao rei de Melinde a tratar as pazes.

O grande épico, sem citar o nome de seu avô, que qualifica ...na prática elegante, atribui-lhe o discurso compreendido nas estâncias LXXIX-LXXXIV do Canto II. Nem os biógrafos nem os comentaristas se lembraram de Antão Vaz neste passo de *Os Lusíadas*. Cuidariam até que o embaixador e o discurso seriam pura invenção do poeta.

Eles teriam feito esta preciosa referência, se conferissem Barros e Osório com as Lendas de Gaspar Correia então inéditas, mas conhecidas de Couto e doutros historiógrafos, mormente do cronista Francisco de Andrade que a miúdo as copiava.

Não obstante a importância que lhe deu Vasco da Gama, Antão Vaz de Camões não passou de capitão de caravela.

Simão Vaz, pai do poeta, casou com Ana de Sá, de família ilustre de Santarém, filha de Jorge de Sá. Não se pode conjecturar que tivesse bens de alguma importância a mãe de Luís de Camões. O pai possuiu, como foreiro, uma aldeia em Baçaim que D. João de Castro lhe aforou por 50 pardaus. Os governadores e vice-reis que sucederam a D. João de Castro revocaram à coroa essas aldeias malbaratadas por este vice-rei, cuja administração foi indiscreta, se a conferirmos com as cartas de Simão Botelho publicadas por Rodrigo Felner. Ora, aquelas aldeias tinham sido aforadas a fidalgos casados e pobres. Portanto, Simão Vaz era um desses fidalgos necessitados a quem D. João de Castro pagava com a única moeda que possuía — palavras suas, repetidas por Simão Botelho. Além de que, Ana de Sá era filha segunda, e os haveres dessa família de Santarém, hoje representada por Francisco de Macedo, vieram à família pelo casamento de um Sebastião de Macedo, de Évora, com D. Guiomar de Sá.

Parece-me, pois, que Luís de Camões foi sempre pobre; frequentou a universidade à custa de seu tio D. Bento de Camões, prior-mor dos Crúzios; e, se gastou liberalmente e estouvadamente, como inculca Mariz, foi o que granjeou em Macau, como Provedor dos defuntos e ausentes.

Luís de Camões se fosse rico não escrevia *Os Lusíadas*; quando muito escrevia um poema muito massudo e corneamente indigesto como a Elegiada do ricoço Luís Brandão, do Porto, ou os estupendos aranzéis do Corte Real, a quem o Diabo confunda nas profundezas da sempiterna sensaboria.



O MAIOR AMIGO DE LUÍS DE CAMÕES

Matias Salazar nasceu no último quartel do século passado, em Lisboa. Era seu pai um professor de gramática latina, idólatra de

Horácio, e mais ainda dos nossos escritores clássicos, e sobretudo de Luís de Camões. Colecionou o latinista uma camoniana quase perfeita. Privou-se muitas vezes de reformar a coçada casaca para comprar a edição rara, e não pequenas angústias domésticas lhe custou esta sublime loucura, que nos ricos é luxo, e nos pobres paixão digna de respeito.

O velho Salazar legou a seu filho Matias as melhores edições venezianas dos clássicos latinos, e a camoniana, ainda incompleta.

Matias recolheu com a herança preciosa a paixão paterna. Talvez lhe escasseassem recursos para enterrar modestamente o pai; talvez que os derradeiros lençóis se rompessem no trato da longa enfermidade; pode até ser que o herdeiro iludisse a fome com os êxtases contemplativos na livraria; é, porém, certo que Matias Salazar, conquanto magoado de saudades, gozava-se na posse da herança com júbilo, não semelhante na essência, mas igual na intensidade, ao de um perdulário herdeiro sequioso de esbanjar o cofre do pai avaro.

Herdara-lhe também a ciência o solitário Matias. Sabia latim em grande cópia; e, posto que a idade fosse verde ainda para o magistério, os pais dos discípulos, informados do bom proceder do moço de vinte e dois anos, consentiram que seus filhos se aperfeiçoassem com ele.

O viver de Matias era lecionar latim, e reler *Os Lusíadas* ampliando as notas, que seu pai escrevera, em acrescentamento às do licenciado Manuel Correia, edição de 1613. Neste lavar, enlevo das horas roubadas ao repouso, o professor esquecia-se de providenciar para as sopas do dia seguinte, quando acontecia gastar nalguma versão estrangeira de *Os Lusíadas* os amuados cobres que forrava da pitação de cada mês. A necessidade aguilhoava-o algumas vezes em seu letárgico desprezo das reclamações do estômago, e então repetia consigo estas palavras do príncipe dos poetas do seu tempo:

“...Aí está o meu Antônio, pedindo-me quatro maravedis para carvão, e não tenho para lhos dar.” E acrescentava, falando a si

próprio: “Como ousas tu carpir-te, miserável verme, se não tens um pão em casal?”

Num desses dias de extrema necessidade, um erudito abastado procurou Matias para examinar a sua camoniana, ainda incompleta. O curioso olhou em derredor de si, e viu a indigência tão escrita nos móveis como no semblante e trajos do possuidor da camoniana. Animou-o o aspecto da pobreza a propor ao latinista a venda do seu tesouro. Matias respondeu:

— Primeiro, venderia o sangue das veias, senhor!

— Talvez não saiba — replicou o rico — que eu lhe dou quatrocentos mil-réis pela coleção das suas edições.

Não vendo, senhor; e creia que vivo do magro jantar de ontem, porque no princípio do mês comprei o tomo VII das *Memórias da Academia*, em que vem impresso o Discurso do Conde da Barca contra de la Harpe, detrator do nosso Camões.

— Sendo assim — redarguiu o douto — o senhor tem a cabeça desarranjada! Matias Salazar sorriu amargamente à injúria, e reteve no peito a resposta e a desafronta.

Outro erudito de melhor cabeça e coração, e já sobre idade, procurou o mestre de latim para ver algumas folhas danificadas dum comento às rimas de Luís de Camões, escritas por João Pinto Ribeiro, a alma da revolução de 1640. Porção do manuscrito, que chegara a estar na tipografia, Deus sabe por que esforços e dinheiro, chegou às mãos do pai de Matias! Examinou o douto apaixonado as páginas; e maravilhou-se do muito que o paciente moço cavara no terreno filológico para recensear as palavras inovadas pelo imortal épico, ou restauradas do português antigo. De sorte se travaram e amistaram os dois amigos de Camões, que daí em diante passavam juntos as suas horas feriadadas. A situação doméstica de Matias melhorou consideravelmente. O amigo espiava-lhe as necessidades, e providenciava a tempo e com a delicadeza, melhor que o favor, de

modo que o filólogo mal sabia quando o pequeno lucro das lições se acabava. A tanto chegou o afeto do velho, que lhe ofereceu uma sua filha, menina de prendas com patrimônio bastante para a independência. Matias pediu espera de tempo e reflexão, e saiu com uma resposta de que o próprio velho se espantou:

— Eu tenho todas as minhas faculdades sujeitas ao amor destes livros — disse o gramático. — Vivo alheio a tudo, e concentrado num só ponto. A minha paixão é o estudo. Se eu trazer para junto de mim uma senhora, serei como um amigo; mas verdadeiro amante, como entendo que deve ser o marido, isso é que eu, a pesar meu, nunca saberei ser. Seria desditosa a senhora que casasse comigo, se ela não amasse os meus livros mais que a mim próprio, Tenho vinte e cinco anos, e nunca experimentei leve desejo de me casar, ou mesmo de entreter o coração com afetos estranhos ao estudo. A idade das paixões passou, sem eu dar fé que passava. Já agora assim irei indo, e bem vou, se alguma imprevista desgraça me não tolher este obscuro contentamento.

Não teve que retorquir o velho, nem o seu amor-próprio se ofendeu. Continuaram na maior intimidade, manifestada por uma nova prova de dedicação por parte do erudito, que valia muito com os homens grandes do reinado de D. Maria I e da regência de D. João.

Vendo o velho que o seu amigo, com tantas horas de trabalho, escassamente ganhava para alimentar-se e vestir-se com a *aurea mediocritas*, que o professor tanto encarecia, cuidou em arranjar-lhe emprego numa secretaria de Estado. Consultou a disposição do moço, e, como o visse rebelde a aceitar ocupação incombinável com o gênero de seus estudos, levou-o a aceitá-la, prometendo conseguir que o ministro o dispensasse da assiduidade nos trabalhos de escrivania. Aceitou Matias o emprego; e, zeloso no cumprimento dos seus deveres, sujeitou-se, sem faltar um dia, aos trabalhos que tão longe estavam de se compadecerem com a sua índole literária. O velho tomou a peito melhorar-lhe a mobília, e ordenar-lhe em melhores estantes os livros, que iam crescendo à medida que aumentavam os lucros.

Em 1811, sofreu Matias Salazar uma das maiores dores de sua vida, senão a maior, depois da morte de seu pai. Então foi que José Agostinho de Macedo saiu a lume com as suas Reflexões Críticas sobre o *Episódio do Adamastor* em *Os Lusíadas*, Canto V, Oitava 39. Luís de Camões era deprimido pelo zoilo; a imagem sacratíssima dos amores de Matias era enodoada pela saliva pestilencial do sórdido graciano. Sábio algum, português ou estrangeiro, se atrevera a menosprezar o maior poeta do seu século! Lá fora as multiplicadas versões em todas as línguas; na pátria as sucessivas edições veneradas como o arquivo único dos fastos dela; o poema de Camões posto como base de eterno bronze às ruínas da nação que descobrira mundos! e, assim mesmo, houvera um português a chafurdar na lama da inveja, e ousou sacudi-la à face do decrépito Portugal, que não tem mais glórias vivas que as do seu poeta! Profunda angústia excruciará o coração de Matias!

Posto que carecesse do hábito de escrever e dar relevo e ordem à sua muita leitura de epopeias clássicas, Matias Salazar escreveu um folheto contra o detraidor de Camões, e à sua custa o estampou, e gratuitamente o distribuiu para acelerar o conhecimento da resposta, temendo que o pô-lo à venda retardasse, e tivesse alguns fracos ânimos suspensos, ou inclinados às razões de José Agostinho. Para satisfação do nosso português de fina têmpera, saíram à liça, contra o crítico, João Bernardo da Rocha, e Pato Moniz; mas o graciano recalcitrou com obcecada contumácia, e mais injuriosas invetivas no *Exame Examinado* que publicou em 1812, ao mesmo tempo que ostentava *O Gama* com desenfreada filúcia.

Decorreram oito anos em que a intervalos a polémica do contumaz fradalhão fez febres de raiva a Salazar. Recrudesceram estas ao extremo afogo da indignação, quando José Agostinho estampou uma geral Censura dos *Lusíadas* depois de haver publicado o *Oriente* no estólido e protervo intuito de se avantajá-lo à epopeia de Camões, tratando o mesmo motivo do descobrimento de novos céus e novos climas “por mares nunca dantes navegados”.

Com que prazer, porém, Matias Salazar não leu a Agostinheida! Aí era engenhosamente biografado o frade com mordente sátira, e verberado por látego de mão que sabia onde estavam as fibras mais doridas! Salazar decorou os relanços mais sarcásticos, para os andar declamando a quem lhe pagava a canseira com estrídulas risadas, com as quais pensava ele vingar bem vingado o seu Camões. Promiscuamente declamava ele a prosa faceta de “O Gigante Adamastor vingado, ou o Gama convertido em Gamelada” apologia de Camões, e severas palmatoadas que estouravam nas sacrílegas mãos do frade.

A primeira vez que aos olhos de Matias Salazar chegou o poema de Almeida Garrett, deu-se lá naquela entusiástica alma uma alegria, que só outra maior ele teve em sua vida, e essa não de ver que o desceu à sepultura. Extraordinário devia ser o alvoroço de seu espírito, à só palavra Camões, para, desde o prefácio, absolver o autor do livro destas palavras: “...declaro desde já que não olhei a regras nem a princípios, que não consultei Horácio nem Aristóteles, mas fui insensivelmente depôs o coração e os sentimentos da natureza, que não pelos cálculos da arte e operações combinadas do espírito.”

Se Matias, num outro qualquer poema, não intitulado Camões, lesse o atrevimento de “não consultei Horácio nem Aristóteles”, lançaria de si o livro atentatório dos preceitos e dos invioláveis sacramentos da arte.

Leu de um só fôlego o livro das saudades, o hino grandioso do que fomos como heróis, e a aspérrima condenação do que fomos como ingratos.

E desciam-lhe a quatro as lágrimas, quando declamava:

*Correi sobre estas flores desbotadas
Lágrimas tristes minhas, orvalhai-as,
Que a aridez de sepulcro as tem queimado.
Rosa d’amor, rosa purpúrea e bela,
Quem entre os goivos te esfolhou da campã?*

Depois da restauração, Salazar pôde ver o autor do poema; não ousara falar-lhe, mas deliciava-se a contemplar a espaçosa fronte, donde saíra a crônica de Luís de Camões, como os anjos poderiam escrevê-la. Um erguera à pátria uma ara onde fumará eterno o incenso do gênio; o outro, na ara da pátria, erigira o grão-cantor como símbolo já agora quase único das venturosas e efêmeras glórias dela, com ele mortas.

.....

*Os olhos turvas para o céu levanta;
E já no arranco extremo: — “Pátria, ao menos
Juntos morremos...” E expirou coa pátria.*

Matias Salazar, posto que tivesse sempre vivido alheio a partidos, e até ignorasse as leis da monarquia e o legítimo senhor do trono português, foi demitido em 1834 do seu lugar da secretaria, que exercera cerca de quarenta e tantos anos, A desfortuna não lhe fez dano com esta injustiça. Nesse, ou no seguinte ano, morreu em Lisboa um cônego, seu parente, que lhe deixou fazendas na província de Trás-os-Montes, bastantes para sustentar-lhe os restantes anos da vida com decência e quietação de ânimo. E, como a esse tempo, Matias Salazar soubesse que vivia em necessidade a filha do seu defunto amigo, já com filhos — a mesma que lhe fora oferecida, e depois casara com um delapidador do patrimônio, e de quem enviudara — levou-a para sua companhia, acarinhou-a como a irmã, e entregou-lhe a administração de todos os seus haveres. Nobre procedimento do velho que assim pagou a amizade do outro!

Neste tempo, deu-se Salazar com todo o fervor de seu peito aos velhos amores do seu Camões. Cogitava ele em escrever-lhe a vida; mas descorçoava-o a pouquidade de notícias elementares com que urdi-la, sem seguir as pisadas dos outros biógrafos. Neste desejo, mal ajudado pela imaginação cansada, saiu de Lisboa em demanda

do lugar onde Camões passara a sua primeira época de desterro, por amor de Catarina de Ataíde, ou por haver ferido em duelo o maledicente que mareara a clara fama da sua Natércia.

A duas léguas de Abrantes, no declive da montanha que se lava no Tejo. Onde agora é Constança, parou Salazar, e aí repetiu às solidões os versas do desterrado; e de lá, olhando a torrente do Tejo e as barcas que vêm derivando para Lisboa, exclamava com o poeta:

*Até que venha aquele alegre dia
Que eu vá onde vós ides, livre, e ledos;
Mas tanto tempo quem o passaria!*

*Não pode tanto bem chegar tão cedo:
Porque primeiro a vida acabaria
Que se acabe tão áspero degredo.*

O velho compenetrava-se de suas doridas fantasias, e consubstanciava, na sua, a alma do poeta alanceada da bárbara ingratidão dos seus contemporâneos. Esta dor, igual à que ele poderia sentir pelos infortúnios de um extremoso amigo, parecer-vos-á singular, senão maníaca. Seja como for, a amargura do amigo de Luís de Camões era sincera. Talvez se deva explicar tamanha singularidade por uma desordem do espírito, preparada desde os tenros dezoito anos, em que ele começara a idolatria do poeta; e, depois, a soledade de uma longa vida, e o concentrar-se naquele só pensar e meditar, quer-me parecer que tanto basta para justificar a dor que lhe representa a constante imagem do tão infeliz como sublimado glorificador da pátria.

Arfava-lhe em ânsias o peito, quando na mente, como a traços de fogo, lhe saía o soneto de Camões, invocando a morte, como remédio ao cru tormento da saudade, encruado pelo da miséria:

*Oh! quanto melhor é o supremo dia
Da mansa morte, que o do nascimento!
Oh! quanto melhor é um só momento
Que livra de anos tantos de agonia!*

etc.

Igual comoção o debulhava em lágrimas, repetindo a tão maviosa estância de *Os Lusíadas*:

*E ainda, ninfas minhas, não bastava
Que tamanhas misérias me cercassem;
Senão que aqueles que eu cantando andava
Tal prêmio de meus versas me tornassem.*

*A troco dos descansos que esperava,
Das capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram.*

E enlevava-se em dolorosas e sombrias meditações o velho Salazar, pensando na morte do poeta.

Conquanto frei José Índio, monge de Guadalaxara, anotasse à margem de um exemplar de *Os Lusíadas*: “lo lo bi morir en un hospital de Lisboa sin tener una savana con que cubrir-se...” Matias acreditava que Luís de Camões tivesse morrido na Albergaria de Sant’Ana, asilo de caridade, em que os pobres iam curar-se nas doenças, ou morrer delas. Sabia o velho que do palácio dos Vimiosos fora a mortalha para o cantor de Inês, e daí inferia que o poeta, a ter morrido no hospital, receberia a mortalha da Santa Casa.

Passava o velho horas em êxtases defronte de umas ruínas, vizinhas da ermida do Senhor Jesus da Salvação e Paz, junta ao Arco de Sant’Ana. Ali dizia a tradição que morara o poeta; e pondera Faria e Sousa que nunca mais fora habitada aquela casa. Dali ou de uma próxima albergaria fora arrancado o cadáver dos braços da atribulada mãe, e levado à igreja das franciscanas, e lançado em pobre sepultura.

Mas — clamava Salazar num brado íntimo:

*Onde jaz, Portugueses, o moimento
Que do imortal cantor as cinzas guarda?*

E andava como perguntando às rumarias e pedras mudas daquele convento pelas cinzas que sacudira de si a grande alma, batendo as asas que a levaram à bem-aventurança.

Ao seu pungente cismar respondiam os versas de Garrett:

*Nem o humilde lugar onde repousam
As cinzas de Camões, conhece o Luso.*

Foi de júbilo para Salazar, quando o Sr. Antônio Feliciano de Castilho, em 1835, alvitrou à “Sociedade dos Amigos das Letras” explorar-se a sepultura de Camões; mas logo se atravessou a guerra civil, e esqueceu exumar os ossos, quando se cavavam sepulturas para enterrar as vítimas do ódio político.

Mais tarde prosseguiram as diligências. Matias Salazar, se bem que estranho aos comissionados na exploração, assistiu hora por hora nos trabalhos, e deu a medo o seu parecer em todas as conjecturas. Em certo local apareceram uns ossos envoltos em pouca terra. A comissão decidiu que eram aqueles os ossos de Luís de Camões.

Almeida Garrett, neste pressuposto, escreveu em 1839: “para mim é moralmente certo, é provado, quanto humanamente se pode provar em casos tais, que ali estão as cinzas de Camões. O lugar é o da história; de todos os sinais que ela nos dá para reconhecermos aquele sepulcro venerado, só nos falta a lousa que o terremoto esmigalhou”.

Matias Salazar, quando pôde, a furto, curvar-se sobre a suposta e já proclamada sepultura do poeta, tomou com mão convulsa uma vértebra daquela ossada, e escondeu-a com avara sofreguidão, e religioso terror.

Quando chegou a casa, sumiu-se no estreito recinto dos seus livros, beijou o osso, e permaneceu horas num espasmo, cujo sinal único de

vida eram umas lágrimas, que eu bem não sei se devam chamar-se de alegria.

Quando um sujeito de Aveiro escreveu, em 1852, uma carta ao Sr. Alexandre Herculano, perguntando-lhe se uma D. Catarina de Ataíde, sepultada no convento de São Domingos de Aveiro, seria a amada de Luís de Camões, Matias teve notícia dessa carta, e o mesmo foi logo partir para Aveiro a examinar os dizeres das memórias contemporâneas dum frade, confessor daquela D. Catarina de Ataíde, e ali vivera e morrera. O velho examinou a memória, ouviu a tradição, confrontou-a com a história, e concluiu que as cinzas da infausta amante do poeta estavam no extinto convento de São Domingos de Aveiro.

Grande, porém, senão dolorosa, foi a admiração de Salazar, quando, anos depois, lendo o primeiro tomo da edição das obras de Camões, precedida duma deteçosa e ilustrada biografia do poeta escrita pelo Sr. Visconde de Juromenha, encontrou as seguintes linhas:

“...Mas como existiam duas senhoras do mesmo nome e apelido, servindo ambas no emprego de damas da rainha D. Catarina, ao mesmo tempo que o poeta frequentava a corte e o paço, cumpre distinguir qual destas duas senhoras foi a amante do poeta. Era uma delas D. Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Sousa, terceiro filho de Diogo de Sousa Castelanho de Arronches, senhor de Vagos, Eixo, Requeixo e outros lugares no termo de Aveiro, mordomo-mor da rainha D. Catarina, e casado com D. Filipa de Ataíde, filha de Cristóvão Correia, comendador de Alvaiade, de quem teve, além de outros filhos, esta D. Catarina de Ataíde, que foi dama da rainha D. Catarina, e morreu moça, pouco tempo depois de haver casado com Rui Pereira de Miranda Borges, senhor de Carvalhais, e jaz sepultada na capela mor do extinto convento de São Domingos de Aveiro, onde tem um epitáfio pelo qual consta que falecera aos 28 de setembro de 1551. Em uns apontamentos manuscritos contemporâneos, datados do ano de 1573, que existiam entre os papéis deste convento, e escritos por um frade por nome frei João do

Rosário, havido em grande crédito, conforme a tradição do convento, e que se diz ter sido confessor desta senhora nos últimos tempos em que vivera, se leem estas palavras: E toda las vezes que no poeta desterrado por essa razão lhe falava, sempre em resposta havia que assim não era, e que fora aquela alma grande, que para empresas grandes, e a regiões tão apartadas o levará”.

Acrescenta, algumas linhas depois, o douto Visconde de Juromenha:

“Pela delicada negativa que esta faz, se vê, que abstraindo de si a imputação que se lhe fazia, se absteve de nomear a outra senhora, não só por amizade e deferência com a companheira, mas talvez porque razões mais fortes a impeliam a guardar o segredo exigido... etc.”.

Ora, Matias Salazar tinha tirado das palavras de D. Catarina de Ataíde ao seu confessor inferências justamente apostas às do Sr. Visconde de Juromenha, e nelas permaneceu, depois mesmo que o eminente escritor deu a razão das suas.

Matias firmara as suas convicções nas seguintes bases:

O confessor falou mais de uma vez em Luís de Camões a D. Catarina de Ataíde. E toda las vezes que no poeta desterrado por essa razão lhe falava, diz a memória. Raciocinava Salazar que a suspeita do confessor já não era só suspeita enquanto a ser aquela D. Catarina a amada do poeta; no que ele insistia era em saber se a ida dele para a Índia fora motivada por esse amor tão notório, ou por desejos de engrandecer-se no Oriente. A isto respondia a modesta senhora que não fora o poeta desterrado por causa dela, por essa razão; mas sim porque tinha uma alma grande, aspirando a grandes empresas, e impellido por essa grande alma, e não por desgostos de coração, se fora a regiões tão apartadas.

Pedia Salazar que notassem a clareza do apontamento do confessor, e dizia:

“Se o frade estivesse duvidoso enquanto à pessoa, não formularia deste modo o seu dizer, poeta desterrado por essa razão — por

causa dela. Falava-lhe como de coisa sabida. O que ele queria era saber se ela fora a causa essencial da ida de Camões para tão longe da pátria.”

E admirava-se, pois, Salazar que o Sr. Visconde de Juromenha pudesse interpretar as palavras do frade tão ao invés do que elas ostensiva e virtualmente dizem, a ponto de rematar assim a sua análise e confronto: “Não sendo, portanto, esta, cumpre averiguar qual era a verdadeira amante do poeta.”

Eu, por minha parte, inclino-me à opinião que o leitor quiser, respeitando muito a rejeitada.

Desde que alguns patriotas aventaram a ideia de erigir uma estátua a Luís de Camões, o nosso velho andava radioso de alegria, já lendo a opinião da imprensa enquanto ao local, já pedindo aos artistas o seu plano, e oferecendo modestamente os alvitres com que sonhava para sair grande e digno o monumento. A sua ideia era que a estátua se levantasse no Campo de Sant’Ana, por ter sido a praça convizinha da casa onde habitara o poeta, e por outras excelentes qualidades topográficas. Levou a um jornal o seu voto com um extenso artigo; mas os redatores perderam o artigo, e acharam que a feira da ladra não podia ser deslocada em sacrifício a uma estátua, nem a estátua sofreria que em volta da sua base se estendessem andrajos e ferraria.

Matias Salazar benzeu-se quando viu designado entre dois restauradores à la carte o local para o monumento de Luís de Camões; mas pediu a Deus que o não deixasse morrer, sem ver uma pedra que rebatesse os tiros de estrangeiros, por quem somos apelidados bárbaros.

Quando ele manifestava este anelo a alguns amigos, estes riam dos oitenta e oito anos do ancião, que pedia vida de Nestor para ainda ver a estátua de Camões!

No princípio deste ano de 1862 Matias Salazar caiu no leito entrevado, e debalde esperou recobrar forças.

— Poderei ir ao menos numa sege ou cadeirinha ver a estátua do meu amigo de infância?

O médico, a quem era feita a pergunta, ria-se da tontice do velho, cuidando que ele se imaginava contemporâneo de Camões.

Tinha Matias em sua companhia um filho e os netos da filha já defunta do erudito que o empregara na secretaria.

Todos os dias lhe liam um canto de *Os Lusíadas*, que ele emendava logo que o leitor passava em claro um verso ou algum monossílabo. Se lhos declamavam mal, tremia como se lhe aplicassem a pilha galvânica aos nervos atrofiados.

CONCLUSÃO

No dia 28 de Junho de 1862 às três horas da tarde, pediu o velho que o vestissem de casaca, colete de seda, gravata branca, e o transportassem no carrinho à sala, cujas janelas abriam para o Largo de São Paulo.

Naquela tarde havia de passar ali el-rei, o Senhor D. Luís I, para bater a primeira pedra do monumento de Luís de Camões.

A muito custo o vestiram, e transferiram para junto de uma janela rasgada, donde se avistava uma nesga do Tejo.

Matias pôs os olhos turvas naquela lista de água azulada, e murmurou a primeira quadra dum soneto de Camões:

*Eu me aparto de vós, ninfas do Tejo,
Quando menos temia essa partida;
E se a minha alma vai entristecida,
Nos olhos o vereis com que vos vejo.*

E ficou silencioso largo tempo, sem responder às perguntas da carinhosa família.

Às cinco horas e meia passou el-rei com grande préstito. Matias entrou em uma convulsão, que parecia ser o renascimento impetuoso das perdidas forças. Quase a prumo, nos braços de dois moços possantes que o sustinham, curvou-se para a rua, e exclamou:

A ti, a ti, Luís, estava reservada a dita de veres em teu reinado a estátua do outro Luís, que te cantou o reino. Ambos sois reis, e reis do mesmo nome! Para ti a maior glória é ele, que ainda é o pregão da tua pátria, e só nos cânticos dele ta podem invejar os reis do mundo! Vai, galharda moço, que a posteridade te levantará uma estátua ao pé daquela que bastará à tua imortalidade!

Tamanho esforço lhe custaram estas palavras, que desceu quebrantado e quase exânime dos braços às almofadas do carrinho.

E assim permaneceu desacordado alguns minutos, até que o estalido dos foguetes, e o estrondear dos sinos e músicas o despertaram.

Era um espertar de quem já vê a aurora da eternidade.

Quando os navios, surtos no Tejo, salvaram, a tempo que a pedra do monumento era assentada, Matias ergueu-se ainda em tremuras nos braços dos circunstantes, e exclamou:

— Bem!... bem... O meu Camões teve afinal uma pátria... Lá o diz a artilharia...

Por ali passou ele, vindo da Índia, obscuro, pobre, com a mão estendida à mortalha dos Vimiosos...

*Terra em que pôr os pés me falecia,
Ar para respirar se me negava
E faltava-me enfim o tempo e o mundo...*

Disseste-o, meu Luís... Olha tu lá do Céu, vê que nuvens de fumo toldam o teu Tejo... Anuncia Portugal ao mundo que Camões é seu...

Agora, tens terra, terra da que tuas lágrimas amassaram... Vi a tua glória! Leva-me agora, ó meu amigo de toda a vida, leva-me agora num raio de teu resplendor!

Recaiu de novo extenuado, com os olhos meio velados, e um sorriso nos lábios entreabertos.

Rodaram o carrinho para o quarto do leito. Pediram-lhe os braços para o despirem; e, como ele não respondesse, ergueram-lhos com brando movimento, e viram que eles decaíam logo que se achavam desamparados.

Houveram susto daquela atonia. Chamaram-no com ansiedade, agitaram-no com a força que dá a aflição.

Matias Salazar, o maior amigo de Luís de Camões, como alma imaculada em longa vida de oitenta e seis anos, subira à bem-aventurança num raio da glória do seu poeta, que também lhe fora o anjo do conselho, das lágrimas, e da paciência.



EM QUE VEIAS GIRA O SANGUE DE CAMÕES

Não é de mais saber-se isto, quando é moda esmiuçar tudo que entende com o maior poeta do seu século.

O livro mais extravagante que, a tal respeito, viu a luz, é a *História de Camões* pelo Sr. Doutor Teófilo Braga.

As incúrias, as criancices, os desvarios que esfervilham nessas 441 páginas não aparam a pontoada da crítica. O livro faz tristeza... porque faz rir; e, por muito frouxo que seja o espírito de patriotismo no censor dos escritores seus conterrâneos, dói ter de dizer: “o professor de literatura fez corar a face dos discípulos”.

Os meus reparos neste livro tocam somente com o que há nele relativo à família de Luís de Camões; mas, aí mesmo, é deplorável a falta de siso do biógrafo.

A página 233 supõe o Sr. Teófilo que entre uns papéis que se perderam de Luís de Camões houvesse cartas escritas *aos seus amigos mais valiosos intercedendo por seu pai que estava preso.*

A página 243, no sumário do capítulo VI, diz: *A notícia do perdão de seu pai Simão Vaz de Camões.* Temos ainda Camões com o pai.

A página 259: *Por estas mesmas novas chegadas de Lisboa nas Naus partidas no princípio do ano de 1557 soube Camões... da sentença que condenava Simão Vaz de Camões, seu pai, para o degredo perpétuo do Brasil com pregão e cadeado.*

O leitor chega ao cabo do livro, persuadido que Camões tinha um pai, que por estouvamentos de rapaz devasso, aí na volta dos 60 anos, mereceu ser condenado a degredo com pregão e cadeado; mas, por acaso, volta a página das erratas, e vê que o biógrafo lhe pede que leia *primo* onde estiver *pai*. Parece uma anedota isto!

Que razões motivaram esta correção? Que raio de luz dardejou o bom senso na última página do livro? Pois o doutor, durante a formação do estirado livro, não teve um intervalo lúcido? E, se o teve no fim, por que não queimou a obra desde a primeira página, embora se perdesse a *Carta de Aires Barbosa a André de Resende*?

Eis aqui o modo como o Sr. Teófilo descobriu afinal que Simão Vaz de Camões era primo e não era pai do poeta.

Quando o livro ia sair do prelo, a humilde pessoa, que escreve estas linhas, publicava, no *Dicionário de Educação* de Campagne, um breve artigo intitulado Camões, em que se leem estes períodos:

“Os louvores ao prodigioso gênio de Luís de Camões são tantos, e tão amiudados no decurso de três séculos que já hoje em dia o repeti-los, pelos mesmos conceitos e formas encomiásticas, nos parece banal encarecimento. Mais útil e plausível nos avulta o esforço de alguns biógrafos empenhados em esclarecer os lanços menos claros da biografia do poeta. Nesta árdua lide tem mostrado ardente zelo o Sr. Visconde de Juromenha, o mais particularizador noticiarista da vida de Luís de Camões. Todavia, assentando boa

parte de suas inovações em conjecturas, resulta que a louvável vontade de esclarecer se demasie em hipóteses pouco menos de inverosímeis. Está em o número destas a afirmativa de residir em Coimbra, por 1556, o pai de Luís de Camões, Simão Vaz. Este mesmo é na hipótese do biógrafo, um tal que o corregedor de Coimbra enviava preso a Lisboa, em 1563, por ter entrado em mosteiro de freiras, e vem a ser o mesmo que em 1576, juntamente com os seus criados, espancava o almotacé de Coimbra. Bastaria a despintar da fantasia do Sr. Visconde de Juromenha semelhante conjectura, a pobreza do filho, que recebeu 2.400 réis para se alistar na armada, em lugar doutro, enquanto seu pai, com mais de cinquenta de idade, andava por Coimbra escalando Conventos, e já com mais de setenta espancava as justiças, acaudilhando criados, — circunstância indicativa de vida abastada, e orgulho de fidalgo com as posses que dão asas ao orgulho.

De todo em todo aniquila a suposição de que o mexediço Simão Vaz de Camões haja sido pai do poeta, e marido da desvalida Ana de Macedo, uma nota do Sr. Doutor Aires de Campos, sobposta ao traslado da provisão passada em 16 de Maio de 1576, a respeito das injúrias e ofensas praticadas por Simão Vaz de Camões no almotacé. Eis a nota: “E para também não ficarmos culpados em passar por alto alguns outros documentos que com estes têm estreitas relações, aqui os apontamos desde já enquanto as suas íntegras não forem publicadas no suplemento. Assim eles vão prestar auxílio valioso, e não grande embaraço a todos os Críticos ilustres que, talvez fascinados por meras semelhanças de nomes e apelidos, não têm hesitado em atribuir ao turbulento cidadão conimbricense Simão Vaz de Camões, muito vivo e são em 1576, a honrosa paternidade *legítima* do autor de *Os Lusíadas*! Cita mais o insigne antiquário a vereação da câmara de Coimbra de 31 de Julho de 1563 da qual se depreende que Simão Vaz havia casado em 1562, e casara novamente. Ora, quer o novamente signifique segundas núpcias, quer primeiras, como alguém aventa, sem dar a razão do alvitre, é certo que esse não podia ser o pai de Luís de Camões, que faleceu antes de sua mãe.

Temos presente a genealogia dos Camões, manuscrito de Jorge de Cabedo, falecido em 1602 ou 1604, e pelo tanto contemporâneo de Luís de Camões.

Cabedo fala do bisavô do poeta João Vaz de Camões, que foi corregedor em Coimbra, e jaz em Santa Cruz.

Segue Antão Vaz de Camões (filho daquele e avô do poeta) que casou no Algarve com Guimar Vaz da Gama. Menciona Simão Vaz de Camões (filho de Antão Vaz e pai do poeta) *que foi por capitão duma nau à índia, e deu à costa à vista de Goa, salvou-se em uma tábuca, e lá morreu, deixando viúva Ana de Macedo, dos Macedos de Santarém.*

Faz também menção de outro Simão Vaz de Camões, residente em Coimbra, parente próximo do poeta, dizendo ter sido aquele casado com Francisca Rebelo, filha de Álvaro Rebelo Cardoso, a qual viuvando, casara com Domingos Roque Pereira”.

O Sr. Teófilo leu isto sem dúvida alguma, e cedeu aos singelos argumentos do artigo do *Dicionário*.

Que faria o leitor, sendo. (Deus o livre!) autor do livro de Teófilo?

A não entregar a obra toda ao fogo purificador dos seus créditos literários, rasgava as páginas em que chamava *pai* a Simão Vaz, substituindo-as por outras em que lhe chamasse *primo*.

Diga-se verdade: o Sr. Teófilo rasgou duas páginas do livro, a 59 e 60; mas devia inutilizar as seguintes em que subsistem os erros derivados da confusão dos dois homônimos Simão Vaz de Camões.

Escrevi no *Dicionário*, reportando-me impensadamente a um genealógico dos Camões, senhor do morgado da Torre. Casou Duarte com D. Isabel Lobo, filha de Aires Tavares e Sousa, de quem houve, além de Simão Vaz de Camões, Luís Gonçalves de Camões, e D. Maria da Câmara, que casou com Francisco de Faria Severim. Quanto ao Simão que viveu em Coimbra, diz o linhagista que se casara à sua vontade, como quem desfaz na estirpe da esposa.

— Nota de Camilo.

Camões: “Faz também menção de outro Simão Vaz de Camões, parente próximo do poeta, dizendo ter sido aquele casado com Francisca Rebelo, filha de Álvaro Rebelo Cardoso, a qual, viuvando, casara com Domingos Roque Pereira.”

Escreve o Sr. Teófilo na regenerada página 59:

“Simão Vaz de Camões, que em 1562 casou em Coimbra com Francisca Rebelo, filha de Álvaro Cardoso.”

Convido o Sr. Teófilo Braga a declarar onde leu a notícia de tal casamento! Com toda a certeza, a primeira pessoa, que imaginou ver isto em letra de mão, e o pôs em escritura, desde que há letra redonda, fui eu.

Pesa-me do íntimo seio que o Sr. Doutor T. Braga escorregasse na ladeira do meu engano. Já o Sr. Felner lhe armou a esparrela da carta de Aires Barbosa; e eu, mais inocentemente, fi-lo casamenteiro de Simão Vaz com Francisca Rebelo! É fado esquerdo do Sr. Teófilo! Porém, o que tem graça infinita é o Sr. Doutor fixar o ano do casamento em 1562! Que eu o inventasse, vá; mas que o Sr. Teófilo lhe marcasse o ano, é vontade de colaborar nas indiscrições alheias!

Isto não é simplesmente criancice párvua — é desgraça; é mais que desgraça — é castigo da Providência, porque o Sr. Teófilo ladrou arrogantemente a Castilho, a Herculano, a Garrett, a Rebelo, a Varnhagen; e não houve ainda detraidor tão audaz, tão ignorante, e, sobre ignorante, ridículo.

O meu lapso procedeu de confundir dois nomes confusamente escritos em uma árvore genealógica. Simão Vaz de Camões, o libertino parente do poeta, casou com uma sua criada, e morreu sem descendentes. Esta é a verdade. Quem casou em Coimbra com Francisca Rebelo, filha de Álvaro Rebelo Cardoso, morgado das Caldas, foi Simão *Vasconcelos*, e não Simão *Vaz*.

Cá me fica pesando na consciência o tempo e o papel que o Sr. Teófilo desperdiçou. De ambas as coisas tenho escrúpulo; menos da data do casamento; que essa é dele.

Mas, se o Sr. Teófilo substituiu as duas páginas que eram a fonte do erro, porque não suprimiu as correntes que derivam dessa fonte? Não viu que todas as referências às páginas substituídas ficavam incompreensíveis? O sentimentalismo que entenece o pesar do poeta pela prisão do pai não pode subsistir racionalmente na prisão do *primo!* Que faz então o Sr. Teófilo? Usa processos sobremaneira econômicos:

ERRATA

Onde se lê *pai*, leia-se *primo*.

E está acabado.

Ninguém me dê definições deste preceptor infeliz! Contem-me esta passagem, que eu não preciso conhecê-lo de perto, nem lobrigar-lhe o feitiço interior dos camarins do pensamento. É um caos! Eu já não me admirarei se o Sr. Teófilo, depois de esponjar alguns centos de livros escrever uma Errata geral neste sentido: onde se lê *OBRAS de Teófilo*, leia-se: *MANOBRAS do mesmo*.

Se o leitor quer, vamos agora farejar sangue de Camões nas veias dos nossos contemporâneos. Não cuide, porém, que vai deliciar-se nesta leitura. É matéria árida, fruto das tais insônias constantes do proêmio do número primeiro.

Vasco Pires de Camões veio de Castela no tempo de Fernando I. Foi alcaide-mor de Alenquer e Portalegre. Fugiu para Castela, quando o mestre de Avis se levantou com o reino. Foi prisioneiro em Aljubarrota, perdeu os bens da coroa; mas cá ficou.

Gonçalo Vaz, seu primogênito, instituiu um morgado em Évora, chamado da Camoeira. Não temos que ver com os outros filhos, cujos descendentes ou foram pobres, ou identificaram os seus haveres nos morgadios do primeiro ramo, à falta de geração.

Sucedeu-lhe Antônio Vaz, pai de Lopo Vaz de Camões, cujo primogênito, também Antônio Vaz, teve um filho, que outrossim se chamou Lopo, e fez um morgado em Avis.

Deste último gerou-se D. Ana de Castro, que foi casar a Guimarães com Diogo Lopes de Carvalho, quarto senhor dos coutos de Abadim e Negrelos no tempo de Filipe II.

Luís Lopes de Carvalho, 5º senhor dos coutos, foi assassinado em Guimarães.

Gonçalo Lopes de Carvalho Camões e Castro Madureira, bisneto de Lopo Vaz de Camões, sucedeu nos morgados da Camoeira da Torre de Almadafe no termo de Avis, e da Gesteira no termo de Évora, ambos criados por Gonçalo Vaz de Camões e Duarte de Camões, último representante da varonia, que morreu sem geração, e por isso os vínculos passaram aos descendentes femininos de Lopo Vaz de Camões, que eram os senhores de Abadim e Negrelos. Existia esta posse em 1692.

Tadeu Luís Lopes de Carvalho, filho de Gonçalo Lopes, casou, depois do ano 1718, em Lisboa, com D. Brites Teresa de Meneses, que morreu muito nova. Celebrou segundas núpcias com D. Francisca Rosa de Meneses e Mendonça, filha de D. Francisco Furtado de Mendonça.

Tiveram filhos varões, que morreram na infância, e três filhas que casaram: D. Mariana Luísa Inácia, com Caetano Baltasar de Sousa de Carvalho, alcaide-mor de Vila Pouca de Aguiar; D. Ana Joaquina, com Gonçalo Barba Alardo Correia, em 1751; D. Guiomar Mariana Anacleto de Carvalho Fonseca Camões e Meneses, herdeira, com D. Antônio de Lencastre, governador de Angola — (1772-1779), filho segundo de D. Rodrigo de Lencastre.

Nasceram, entre outros falecidos na infância, um filho, que se chamou D. Rodrigo de Lencastre Carvalho Fonseca e Camões, e uma senhora, D. Francisca Rosa de Lencastre, que casou com seu primo Lourenço de Almada, 1º visconde de Vila Nova de Souto de El-Rei.

D. Rodrigo, herdeiro dos morgadios e senhorios de Negrelos, Abadim, etc., e sargento-mor do regimento de cavalaria do príncipe D. João em 1791, casou com D. Maria do Carmo Henriques, filha herdeira de João Henriques, do Bombarral.

No morgado da Camoeira sucedeu o 2º visconde de Souto de El-Rei pelo seu casamento com D. Francisca Felizarda de Lencastre, filha de D. Guiomar de Camões, senhora de Abadim e Negrelos. Uma filha destes viscondes, D. Guiomar, casou com Gonçalo da Silva Alcoforado.

Está, portanto, o sangue dos Camões em todos os descendentes da mulher do visconde de Souto de El-Rei. O terceiro ainda se assinou com o apelido Camões. Está igualmente na família Alcoforado da casa da Silva, na família da casa de Vila Pouca de Guimarães; nos descendentes de José Bruno de Cabedo, 1º barão do Zambujal, por linha feminina, pois sua mãe era neta de D. Guiomar de Carvalho Camões e Fonseca; na casa da Pousada VI em Braga, representada há quarenta anos por Francisco Xavier Alpoim da Silva e Castro, terceiro neto de Tadeu Camões, senhor de Abadim.

Em quase análogo parentesco estão os Srs. Leites de Paços de Sousa, e os Srs. Pachecos Pereiras de Vilar, ou de Belmonte.

Não prolongarei esta resenha que decerto, hoje em dia, se ramifica tão copiosamente quanto cumpre imaginar das faculdades reprodutoras das pessoas que representam aqueles ilustres apelidos.

Falta dizer que Luís de Camões deixou um filho que não se reproduz, e é imortal: chama-se *Lusíadas*...



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com